

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE JORNALISMO

ANA LAURA MOTA RANGEL

**O ÓDIO E A NARRATIVA DE SI:
os discursos do MBL em autorretratos**

Monografia

Mariana

2021

ANA LAURA MOTA RANGEL

**O ÓDIO E A NARRATIVA DE SI:
o discurso do MBL em autorretratos**

Monografia apresentada ao curso Jornalismo da
Universidade Federal de Ouro Preto como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof.^a Hila Rodrigues

Mariana

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R196o Rangel, Ana Laura.

O ódio e a narrativa de si [manuscrito]: o discurso do MBL em autorretratos. / Ana Laura Rangel. - 2021.

60 f.: il.: color., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Hila Rodrigues.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Movimento Brasil Livre. 2. Análise do discurso. 3. Ativistas políticos. 4. Movimentos sociais - Brasil. 5. Neoliberalismo. I. Rodrigues, Hila. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.444(81)



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Laura Mota Rangel

O ódio e a narrativa de si: os discursos do MBL em autorretratos

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo

Aprovada em 07 de abril de 2021

Membros da banca

Profª Drª Hila Bernardete Silva Rodrigues - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profª Drª Lara Linhalis Guimarães (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares (Universidade Federal de Ouro Preto)

Hila Bernardete Silva Rodrigues, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 30/04/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Hila Bernardete Silva Rodrigues, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/04/2021, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0166073** e o código CRC **793AA811**.

RESUMO

Este trabalho busca realizar uma análise discursiva de duas plataformas narrativas produzidas pelo Movimento Brasil Livre (MBL), após o processo de impeachment de Dilma Rousseff (2016), sob a influência do neoliberalismo. O objetivo foi mapear algumas táticas comunicacionais presentes nos discursos deste grupo, embasadas, principalmente, no moralismo, no antiesquerdismo e no discurso de ódio. Analisados o filme *Não vai ter golpe* (2019) e a autobiografia *Como um grupo de desajustados derrubou a presidente: MBL: A origem* (2019), os resultados centrais deste trabalho trazem as principais estratégias discursivas deste grupo político e sua influência no campo político democrático. Foi possível perceber que afetos como ódio, ironia e desprezo, em um contexto de rápida ascensão de projetos políticos neoliberais para o país, foram acionados perante as táticas em questão.

Palavras-chave: análise de discurso; neoliberalismo; antiesquerdismo; MBL; movimento social.

ABSTRACT

This study aims to analyze the discourse of two narrative platforms produced by the Movimento Brasil Livre (MBL), after the impeachment process of Dilma Rousseff (2016), under the influence of neoliberalism. The idea was to map some communication tactics present in the speeches of this group, based mainly on moralism, anti-leftism and hate speech. The central results of the analysis of the film "*Não vai ter golpe*" (2019) and the autobiography "*Como um grupo de desajustados derrubou a presidente: MBL: A origem*" (2019) bring the main discursive strategies of this political group and its influence in the democratic political field. It was possible to notice that feelings such as hatred, irony and contempt, in a context of rapid rise of neoliberal political projects for the country, were triggered by the tactics in question.

Keywords: discourse analysis; neoliberalism; anti-leftist; MBL; social movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 – Divulgação do filme do MBL em cartaz.....	41
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Quadro analítico.....	47
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

EPL - Estudantes Pela Liberdade

MBL - Movimento Brasil Livre

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O MBL	14
2.1 A história do Movimento Brasil Livre.....	14
2.2 Formação identitária do movimento	17
2.3 O impeachment de Dilma como pauta principal	20
3 ANTIESQUERDISMO ATIVISTA	37
3.1 Guerra Cultural	378
3.2 Do “Escola Sem Partido” ao <i>Queer Museu</i>	340
4 PLATAFORMAS NARRATIVAS: “NÃO VAI TER GOLPE” E “COMO UM GRUPO DE DESAJUSTADOS DERRUBOU A PRESIDENTE”	37
4.1 A autobiografia do movimento	37
4.2 O documentário do movimento	40
4.3 – Estratégias narrativas em livro e filme	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

Aos meus pais e avós, meu porto seguro e minha sustentação nos
momentos de maior insegurança.

E ao sonho da minha madrinha de se tornar jornalista.

“Mas quem não quiser falar do capitalismo, deverá também calar-se
no que diz respeito ao fascismo.”

Max Horkheimer

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de enfatizar meu grande apreço pela minha orientadora, a professora Hila Rodrigues, que fez parte da minha caminhada desde o início de minha vida acadêmica. Agradeço não apenas pelo acolhimento do tema deste trabalho, mas também pela sua presença, tão importante e necessária no nosso curso de Jornalismo e na vida pessoal de cada um de nós. São os professores da minha vida, aliás, donos de todo o meu agradecimento. Como normalista desde os meus 15 anos, não posso deixar de mencionar o valor que devemos à Educação. Ela é meio revolucionário, e a falta de sua oferta de qualidade é um dos principais motivadores da desigualdade que milhões de brasileiros têm de lidar.

Não poderia deixar de mencionar, a partir daqui, que este e outros trabalhos só são possíveis graças ao investimento que a universidade pública recebe. Lugar de produção, preservação e disseminação de conhecimento, ela é ameaçada por ajustes neoliberais e pelo desmonte de direitos que há algum tempo vem tomando conta do país. Meu agradecimento a ela é, portanto, pela sua preservação.

Agradeço também ao Jornalismo 16.1, especialmente Vitório e Marcelo, por terem sido meus motivos para seguir em frente durante esses mais de 4 anos de Jornalismo.

Minha formação também deve muito à minha família, minha potência para todas as horas. Meus avós dona Roseli, dona Mariana, seu Geraldo e seu Paulo têm grande presença aqui. Será sempre por eles que estarei lutando.

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais têm ganhado cada vez mais notoriedade em estudos sociológicos e comunicacionais nos últimos anos. No Brasil, esse tema ganhou destaque, principalmente, a partir das análises das manifestações de 2013, também conhecidas como Jornadas de Junho, por sua complexidade organizativa. Inicialmente realizadas em decorrência da indignação popular com o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo, as manifestações passaram a reverberar reivindicações relacionadas ao combate à corrupção, à má gestão de políticas públicas e ao papel dos detentores de mandatos eletivos nas esferas do governo. Essa multiplicidade de pautas é uma das particularidades que chama a atenção de pesquisadores das Ciências Sociais e da Comunicação no que diz respeito às Jornadas e aos movimentos e atores que dela emergiram.

Para Castells (2013), os movimentos sociais que despontaram na primeira metade deste século têm como característica fundamental a atuação nas redes sociais, que é um espaço onde grupos diversos podem se organizar e viabilizar seus projetos políticos mais facilmente. Isso indica que uma das formas de diferenciar os movimentos mais recentes daqueles mais tradicionais é a forma convocatória e organizativa que se efetiva através da internet. A maneira como esse processo se dá é mais vantajoso sob alguns aspectos. Permite, por exemplo, a ampliação do número de manifestantes – e também dos espaços de protesto – em curto espaço de tempo. Há também maior visibilidade midiática para as pautas colocadas, além de certo impacto no campo político (SCHERER-WARREN, 2014).

O Movimento Brasil Livre (MBL) surgiu nesse contexto. Entre outras oportunidades de ação política identificadas naquele momento, o grupo enxergou, no cenário digital, uma oportunidade favorável para pautar suas ideias e projetos políticos para a sociedade. Apesar de existirem outras organizações da sociedade civil também localizadas no espectro político-ideológico da direita, esse trabalho elegeu o MBL – e suas narrativas sobre si mesmo no documentário *Não vai ter golpe! O nascimento de uma nação livre* (2019) e no livro autobiográfico *MBL: A origem: Como um grupo de desajustados derrubou a presidente* (2019) – como objetos de estudo em razão de ele ter sido, especialmente nas redes sociais, um dos grupos mais notórios e atuantes em apoio ao processo de *impeachment* movido contra a ex-presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2013 e 2016.

Entender não apenas a dinâmica organizativa e formadora do movimento, mas também suas estratégias comunicacionais, pode contribuir para melhor compreensão dos modos como organizações desse tipo se constroem. Esse processo não se dá ao acaso, mas, sim, como reflexo de uma conjuntura histórico-política ampliada. No caso específico do MBL, autodenominado grupo de ativistas¹, o discurso delineado pelo grupo (sobre si próprio e sobre o país) revela-se um reflexo de como a política impactou a vida privada de seus integrantes. Além disso, o exame dessas estratégias comunicacionais – a partir dos discursos produzidos por esse grupo – pode ajudar na compreensão da forma como se deu a disseminação de ideias que remetem ao antipetismo, ao antiesquerdismo e à anticorrupção no imaginário de pessoas insatisfeitas com a gestão da presidente.

Para examinar essas estratégias, escolhemos a análise de discurso como metodologia de forma a identificar a construção de uma narrativa que se dá a partir de dois discursos conformados ora no livro, ora no documentário. Ambos são de autoria dos próprios membros do movimento e foram criados como forma de expor as perspectivas e a visão do grupo diante do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, para o qual contribuíram de maneira efetiva. Uma tabela analítica foi desenhada com alguns dos termos mais frequentes nas duas plataformas, descortinando as posições ideológicas do movimento, todas elas trabalhadas a partir de narrativas sobre si mesmo.

A análise de discurso (AD) é importante, aqui, para que se possa assimilar os textos como constitutivos e constituintes da realidade social em que os sujeitos estão inseridos. O discurso é capaz de gerar mudanças em determinados cenários e produzir sentidos nos contextos em que o emissor quer intervir. Para isso, resgata-se as contribuições de Orlandi (1998), para quem o emprego de palavras não se restringe apenas à exposição de ideias, mas também à geração de sentidos possíveis, considerando as posições ideológicas, condições de produção e efeitos de sentido. Como o estudo proposto também considera as intenções – objetivas e subjetivas – por trás dessas palavras, bem como a escolha de determinadas linguagens e acepções, recorreu-se também a outras duas contribuições: a de Foucault, para quem a análise de um discurso se inicia observando os processos de objetivação e subjetivação que antecedem a constituição de um sujeito social dado um período histórico em específico (FOUCAULT *apud* GREGOLIN, 2007), e Fairclough, com a ideia de que a identidade do sujeito se expressa não apenas nas formas linguísticas, mas também nos significados que ele escolhe (*apud*

¹ Uma discussão sobre as concepções que atravessam esse termo - *ativista* - se dará mais adiante, no capítulo 4 - Plataformas narrativas: “Não vai ter golpe” e “Como um grupo de desajustados derrubou a presidente”.

RAMALHO; MAIA, 2018). Assim, o discurso como prática social pressupõe a criação de noções, conceitos e temas de um determinado momento histórico de seus sujeitos emissores.

Esse processo ganha contornos singulares nas redes sociais. Ramalho e Maia (2018) levantam a perspectiva de que, com o advento da massificação das tecnologias da informação e comunicação (TICs), vive-se hoje uma guerra pela hegemonia do discurso. Isso quer dizer que a aparição de novos produtores de conteúdo, principalmente inseridos nesses meios tecnológicos, “fazem valer suas realidades, disputam espaço com os discursos oriundos dos meios de comunicação tradicionais e, mais especificamente, com os discursos compartilhados pelos meios jornalísticos legitimados socialmente” (RAMALHO; MAIA, 2018, p. 188).

No quadro traçado até aqui, um desafio é entender a atuação do MBL sob a perspectiva histórica do neoliberalismo, especialmente na América Latina. Para isso, acionou-se as contribuições de Rocha (2015) e sua abordagem sobre a formação dos novos movimentos sociais favoráveis a esse modelo político, econômico e social. Com Singer (2016), desenvolve-se uma discussão acerca dos principais motivos do descontentamento em relação aos governos de Dilma, e que influenciaram a construção da propaganda favorável ao *impeachment*. Já para a assimilação da Lava Jato como ferramenta midiática, recorre-se a Telles (2015) em sua análise do fortalecimento da pauta anticorrupção adotada por grupos políticos da direita. Com Fernandes (2019), introduz-se as reflexões sobre a perspectiva moralizante dos agentes em torno do *impeachment* e sobre as narrativas de despolitização.

No que diz respeito às estratégias comunicacionais, Motta (2019) é quem contribui para o trabalho de identificação dos fenômenos gerados a partir das escolhas discursivas do MBL – como as categorias históricas do anticomunismo e antipetismo. Com o conceito de “guerra cultural”, analisado principalmente por Wolf (2019), foi possível entender como as disputas de narrativa funcionam, até mesmo no sentido de silenciar o diferente ou o inimigo em disputa. Também nessa perspectiva, Rocha (2020) especifica a guerra cultural no caso brasileiro, chamando-a de “guerra cultural bolsonarista”. Para o autor, a guerra cultural aqui foi adotada por setores conservadores com o objetivo de destruir simbolicamente os adversários, principalmente no universo digital, através das chamadas *milícias digitais*. Esse movimento *bolsonarista* se adere à matriz anticomunista a favor da ascensão de novas direitas em detrimento da aniquilação da esquerda, entendida como ameaçadora.

Nesse sentido, conceitos como “marxismo cultural” e “doutrinação marxista” também foram fundamentais para entender o caráter conservador instaurado no discurso do MBL em

alguns momentos durante a atuação do grupo. Outro conceito recuperado foi o de “ideologia de gênero”, explicada por Miguel (2016). A ideia é entender a campanha realizada por grupos da direita nesse campo – e que se transformou, inclusive, um dos pontos fortes da campanha de Jair Bolsonaro em 2018 – sobre a eliminação da questão de gênero nos planos da educação formal e da cultura.

Outros autores foram convocados para auxiliar no exame das plataformas, isto é, o livro e o documentário. As reflexões sobre a autobiografia do MBL foram feitas, em larga medida, a partir das ideias de Avelar (2010) e sua concepção de narrativa biográfica fundada na subjetividade, nos afetos, nos modos de ver e sentir do autor. A obra de Avelar auxilia na compreensão do livro do MBL como ferramenta para a legitimação das ideias trabalhadas pelo movimento. A análise do documentário, por sua vez, está baseada principalmente na perspectiva de Jorge (2010), que aponta o cinema documental como representação da vida social, seus antagonismos, embates e conflitos entre atores sociais. Com as contribuições deste autor, compreende-se melhor o que está por detrás do filme do MBL.

Assim, o *capítulo 2* deste trabalho resgata a formação e a organização do Movimento Brasil Livre desde seus primeiros passos, em 2013. A aproximação do movimento com *think tanks* americanos, organizações que visam à formação ideológica e à pesquisa, com objetivo de promover debates públicos pró-mercado, também foi importante para a pesquisa sobre o movimento, visto que ele se beneficia de elementos ideológicos, intelectuais e financeiros advindos dessas organizações. Neste capítulo, dedicou-se atenção à atuação dos principais membros do MBL, alguns com carreira política no âmbito institucional. Também mereceu atenção a adoção do *impeachment* como pauta principal deste movimento.

Já o *capítulo 3* expõe as táticas discursivas do movimento – como a defesa de posturas moralistas e a disseminação de certos posicionamentos centrados em ideias como a do anticomunismo e do antiesquerdismo. Ainda que o termo “nova direita” tenha sido vinculado ao MBL por alguns autores que se dispõem a analisá-lo, percebeu-se uma aproximação deste mesmo movimento com ordens de discurso conservadoras. Alguns dos argumentos aqui apresentados demonstram, por exemplo, a aproximação do grupo com algumas figuras como Olavo de Carvalho, um dos maiores representantes do conservadorismo no Brasil. Na sequência, o *capítulo 4* foi destinado à análise das plataformas narrativas publicadas pelo movimento. O percurso metodológico é, aqui, detalhado a partir de termos utilizados no livro e

no documentário, as estratégias discursivas e as disputas narrativas entre aqueles que defendiam o *impeachment* e aqueles que preferiram chamar de golpe.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir para a produção de conhecimentos e reflexões sobre a *fala* construída pelo Movimento Brasil Livre no campo político, a partir dos discursos observados no documentário e na biografia produzidos pelo grupo. Buscou-se analisar a realidade particular desenhada por esse movimento que, através desses discursos, pôde contribuir efetivamente para o *impeachment* de Dilma Rousseff em contextos marcados pelo ódio, colaborando para modificar profundamente o cenário político brasileiro e afetando o regime democrático validado pela Constituição de 1988.

2 O MBL

O Movimento Brasil Livre (MBL) é considerado um dos movimentos sociais mais expressivos da direita brasileira em ascensão desde 2013. O grupo, no entanto, considera que nasceu efetivamente em 1º de novembro de 2014, data em que convocou para as ruas, através de um evento no *Facebook*, pessoas insatisfeitas com o resultado das urnas que deram à Dilma Rousseff o segundo mandato na Presidência da República. Essa foi a primeira manifestação convocada pelo MBL, que reuniu cerca de 2.500 pessoas em frente ao MASP, em São Paulo². Naquele momento, o MBL ainda não era um movimento consolidado, como viríamos a conhecer nos anos seguintes – nem poderia se definir como o faz atualmente: “(...) uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia”.³

É certo que, antes disso, já existia certo engajamento por parte desses atores políticos na defesa da agenda liberal. Dentre as primeiras pautas defendidas pelos integrantes do movimento estava, por exemplo, a Operação Lava Jato – especialmente naquilo que simbolizava a perseguição ao ex-presidente Lula, ao seu partido, o PT, a várias personalidades de outros partidos de esquerda – e a liberdade de imprensa (inclusive para divulgar discursos de ódio). Com essas pautas, o grupo começava a ganhar espaço nas ruas e nas redes sociais, destacando-se como um dos movimentos sociais brasileiros mais populares no *Facebook*, com aproximadamente 3 milhões de curtidas atualmente.

2.1 A história do Movimento Brasil Livre

Foi a partir das mobilizações e discussões inspiradas nessas pautas que Kim Kataguiri (24), os irmãos Renan Santos (36) e Alexandre Santos (31) e outros integrantes do grupo, que até hoje lideram o movimento, tiveram maior contato com Fábio Ostermann, professor e conferencista conhecido no meio liberal. Ostermann repassou para esses ativistas de direita uma página do *Facebook* criada por ele em 2013 e já intitulada “Movimento Brasil Livre”. Antes de ter sua própria página, o MBL divulgava seus posicionamentos contra a gestão de Dilma

² Ver mais detalhes em: “Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo”: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

³ Movimento Brasil Livre - Ver <https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 12 ago. 2020

Rousseff e publicava conteúdos de caráter liberal através da *fanpage* no Facebook de Paulo Batista, candidato a deputado federal em 2014 pelo PRP-SP. Paulo teve sua campanha eleitoral produzida pelos ativistas liberais, dentre eles Pedro D’Eyrot, um publicitário de 37 anos, fundador e coordenador nacional do MBL, e que também trabalha como produtor na cena musical *pop*. Entre as produções mais conhecidas da campanha está o vídeo intitulado *Raio Privatizador*, no qual o candidato se veste de super-herói para mostrar um poder de “raio privatizador”, no intuito de defender a pauta das privatizações de instituições públicas, com destaque para a Universidade de São Paulo (USP).

A partir de 2014, quando repassada para Kim, Renan, Alexandre, Pedro e outros ativistas, a página foi utilizada para publicar conteúdos próprios do MBL e para convocar sua segunda manifestação, realizada em 15 de novembro de 2014, em São Paulo. Nesse dia, também se fizeram presentes outros movimentos sociais de direita, como o *Vem Pra Rua* e o *Revoltados Online*. O MBL havia se tornado, a partir daquele momento, um tipo de marca que dava seus primeiros passos para construir sua identidade dentro do campo da direita brasileira. Inicialmente, a página de Fábio Ostermann tinha como objetivo difundir as ideias do Estudantes Pela Liberdade (EPL), organização brasileira criada para divulgação de pautas liberais destinadas ao campo político e econômico, com debates voltados para o papel do mercado e para o papel do Estado na economia. A EPL já possuía estreito vínculo com a organização estadunidense *Students For Liberty*, fundada em 2008. É possível observar, portanto, que o MBL nasce como um braço dessa organização.

Para melhor compreensão do contexto, é importante atentar para o fato de que a organização Estudantes Pela Liberdade é uma entidade estudantil fundada em 2010 pelo próprio Ostermann, junto com Juliano Torres e Anthony Ling, com sede em Belo Horizonte (MG). O objetivo principal era formar, politicamente, jovens lideranças para atuar no campo do liberalismo. Dentre as ações realizadas estão conferências nacionais – mas também regionais – , bem como seminários e curso sobre temas pontuais e específicos. As ações também incluíam a distribuição de livros nas escolas e o desenvolvimento de um programa de disseminação do libertarianismo⁴, o *Libertrip* (GOBBI, 2016). Segundo uma reportagem da *Pública*, escrita por

⁴ O libertarianismo pode ser considerado uma vertente do pensamento liberal, sendo constantemente utilizado como sinônimo do liberalismo pela literatura. Para entender o libertarianismo, podemos levar em conta suas principais características, que são, basicamente, a concepção do Estado como inimigo por regular as relações econômicas, a redução de todos os direitos ao direito à propriedade e a liberdade absoluta do indivíduo, considerando a igualdade uma ameaça constante à esta liberdade (MIGUEL, 2018).

Marina Amaral em meados de 2015 sobre a rede de *think tanks*⁵ existente na América Latina, o MBL assumiu o papel de ativismo para que o Estudantes Pela Liberdade continuasse recebendo doações. Isso se deve pelo fato de que, segundo a receita do governo federal dos Estados Unidos (IRS), as organizações americanas que doam recursos ao EPL não podem oferecer esse tipo de ajuda para ativistas políticos - vale ressaltar que, teoricamente, o Estudantes Pela Liberdade não atua como ativista. Um desses doadores é o *megathink tank* estadunidense Atlas Network, especializado em “fomentar a criação de organizações libertaristas no mundo, com recursos obtidos com fundações parceiras nos Estados Unidos e/ou canalizados dos *think tanks* empresariais locais para a formação dos jovens líderes” (AMARAL, 2015, n.p.).

A Atlas Network funciona como uma grande rede que engloba *think tanks* de diversas regiões do mundo. Os estudos, treinamentos e formação de lideranças realizados pela Atlas visam inserir, no debate público, a agenda e o pensamento coletivo neoliberais – ambos exportados das organizações estadunidenses com o objetivo de homogeneizar os discursos entre os *think tanks* (ARALDI; SVARTMAN, 2019, p. 319-320). No site da Atlas⁶, é possível verificar a quantidade de *think tanks* por região. Atualmente, há grande concentração, principalmente, nos Estados Unidos e Canadá (167), na Europa e Ásia Central (108) e na América Latina e Caribe (99). No Brasil, há 15 organizações englobadas pela Atlas, dentre elas o Instituto Millenium, Instituto Liberal, fundado e presidido, respectivamente, por Rodrigo Constantino, um grande apoiador do MBL, e o Estudantes pela Liberdade.

Segundo Rocha (2015), durante os anos 1980 e 1990, a Atlas atuou, na América Latina, como porta de entrada para os *think tanks* de direita e para a política neoliberal – adotada por partidos e políticos sob a justificativa de resolver a crise econômica que assolava a região no início dos anos 1990. Sem resultados aparentes para a crise, e com a acentuação da desigualdade social na região, o eleitorado começou a votar majoritariamente em candidatos que se apresentavam contrários às políticas neoliberais vigentes. Formou-se, assim, um movimento de “virada à esquerda” na América Latina, principalmente a partir dos anos 2000 (GIORDANO; KALTWASSER *apud* ROCHA, 2015, p. 274).

⁵ Os *think tanks* normalmente são classificados como instituições de pesquisa que operam em conjunto com empresas privadas, políticos, partidos – filiados a eles ou não – ou outros grupos de interesse, a fim de promover debates públicos, influenciar decisões para as políticas públicas e traçar projetos sociais, econômicos e científicos de linha pró-mercado.

⁶ Ver Partners - Atlas Network: <<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>>. Acesso em: 15 set. 2020.

Para enfrentar essa “virada”, novos *think tanks* ligados à Atlas constituíram-se na região. Se em 2005 já existiam 35 *think tanks*, eles somam 99 atualmente, o que dá maior visibilidade às pautas neoliberais. Em 2016, período marcado pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, é possível observar a forte ligação entre a Atlas Network e os defensores dessas pautas. Naquele ano, o MBL constava na lista das organizações brasileiras parceiras da Atlas – ainda que tenha sido retirada em julho, pouco antes da votação do *impeachment* (BAGGIO, 2017).

2.2 Formação identitária do movimento

Kim Kataguri, fundador e coordenador nacional do Movimento Brasil Livre, foi treinado pelo Estudantes Pela Liberdade em cursos de liderança e já realizou palestras em eventos apoiados pela entidade. Segundo artigo publicado pela Atlas Network⁷, essa prática era comum entre os membros do MBL. Vários deles participaram do programa de treinamento oferecido pela organização, o *Atlas Leadership Academy*. O programa se dispunha a ajudar o grupo a trabalhar, por exemplo, estratégias para aumentar o impacto de suas ações, assim como o alcance do público visado. Além disso, possibilitava aos membros do grupo a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o treinamento para exercitar suas próprias práticas de liderança.

É possível perceber a combinação entre teoria e prática na formação desses jovens ativistas liberais. Tanto o formato das mobilizações como as propagandas políticas voltadas para o liberalismo mostravam-se fundadas em algum embasamento intelectual. Inspirado no mesmo estilo das organizações *think tanks* para a execução dos cursos e palestras, o MBL passou a realizar anualmente, a partir do ano de 2015, os congressos nacionais – encontros que, nos últimos anos, contaram com palestrantes como o ex-presidente Michel Temer, o escritor e doutor em filosofia Luiz Felipe Pondé, o humorista Danilo Gentili⁸, e o atual economista Paulo Guedes, entre outras personalidades políticas.

⁷ “Students for Liberty plays strong role in free Brazil movement”: <<https://www.atlasnetwork.org/news/article/students-for-liberty-plays-strong-role-in-free-brazil-movement>>. Acesso em: 15 set. 2020.

⁸ Danilo Gentili, apresentador do programa *The Noite* (SBT), teve contato com o MBL desde o período das eleições presidenciais de 2014 e participou abertamente do debate público em defesa do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff logo após a eleição da candidata, marcando presença em alguns protestos anti-Dilma coordenados por coletivos de direita.

Com o passar dos anos, importantes líderes do MBL ingressaram efetivamente na política. Kim se tornou deputado federal pelo DEM-SP em 2019. Fernando Holiday (23), que aderiu ao MBL em 2015, elegeu-se vereador da cidade de São Paulo no ano seguinte, também pelo DEM. Holiday, que na época tinha 20 anos, foi o vereador mais jovem na história do município de São Paulo a ser eleito. Nas eleições municipais de 2016, o MBL elegeu, no total, oito de seus 45 candidatos – além de Holiday, havia os vereadores Marcelo Merche e Carolina Gomes, pelo PSDB de São Paulo; Romino Rosário e Leonardo Braga, pelo PSDB do Rio Grande do Sul; Felipe Barros e Homero Marchese no Paraná, pelo PRB e pelo PV, respectivamente; e Emilia Correa, pelo PEN de Sergipe.

As eleições municipais foram uma oportunidade para que o grupo ocupasse um espaço institucional e apresentasse um projeto político consoante com as propostas e com o programa do movimento, um importante passo para a consolidação de um projeto neoliberal (SOUZA; MESSIAS; ESPÍNEIRA, 2017). No Manual de Filiais do MBL⁹, é possível observar algumas dessas propostas e outros pensamentos sobre a organização e sua formação ideológica. A partir desse documento, é possível entender quem o MBL representa e o que as pessoas podem esperar do grupo: “O indivíduo que trabalha, estuda, paga impostos e quer poder ter uma vida digna para si e para sua família está revoltado. Ele tem encontrado eco em novas lideranças e material intelectual abundante para tornar-se protagonista em um renovado cenário político” (MANUAL DE INSTRUÇÕES, 2015, p. 9).

Na prática, qualquer pessoa que se interessar em ingressar no MBL, compondo algum núcleo municipal do movimento, receberá uma bibliografia básica para formação política. A ideia é introduzir o sujeito no universo do liberalismo, filosofia política que orienta o grupo. Além disso, no Manual, também é possível encontrar o estatuto do movimento, escrito para legitimar ações e pensamentos do grupo: “I. Todo indivíduo tem direito (a) à vida, origem de todos os outros direitos; (b) à liberdade de agir e buscar sua felicidade como lhe convier; e (c) à propriedade, fruto legítimo de sua vida e sua liberdade” (MANUAL DE INSTRUÇÕES, 2015, p. 12).

Importante ressaltar aqui que, com o apoio de organizações liberais como o EPL, o MBL já tinha, como objetivo central, a ocupação de espaços políticos a fim de destruir o pensamento

⁹ O Manual de Filiais do MBL diz respeito a um documento, escrito em 2015 pelo grupo, com objetivo de convocar interessados em criar filiais municipais do movimento em suas devidas cidades, além de oferecer uma formação de liderança a novos membros. No manual, o MBL expõe sua ideologia, sua narrativa sobre o contexto brasileiro, seus objetivos para atuação política no país e precedentes formais de recrutamento.

e a prática “esquerdista” – termo utilizado pelos integrantes para se referirem ao pensamento da esquerda (MANUAL DE INSTRUÇÕES, 2015, p.24). Foi para travar esse combate que o grupo optou por adotar uma linguagem capaz de transmitir o liberalismo de forma clara e vigorosa, defendendo-o como política essencial ao país. Trabalhar e divulgar essas ideias de maneira abrangente e “jovial” se tornou a principal tarefa do MBL. Em entrevista ao programa *The Noite* (SBT), no ano de 2019¹⁰, Kim Kataguirí chamou a atenção para esse trabalho de conquistar uma parcela expressiva da sociedade a partir da disseminação do pensamento de que era possível ser liberal e de direita sem se ater somente a números, cifras e questões econômicas:

Por que a maior parte das pessoas, principalmente os jovens, tinham esse romance em torno da esquerda? Porque era legal ser de esquerda (...) e o cara de direita não. Porque é um negócio chato, triste, técnico, numérico e se analisava o impacto da taxa de juros na inflação [por exemplo]. E é um negócio muito chato. A gente [o MBL] falou: “Como a gente deixa isso um pouco mais legal?”. Esse é o primeiro pilar do MBL: como deixar o liberalismo mais legal.

A solução seria, então, apostar em um tipo de linguagem – textual e imagética – mais atraente. A identidade visual do movimento foi uma das alternativas para isso, comandada por Frederico Rauh (29), membro do MBL e formado em marketing pela ESPM. A marca do grupo passou por uma mudança visual no período de um ano, quando o logo – e outros atributos que garantiam a identidade do movimento – receberam a cor verde-piscina, considerada mais jovial. O tom entrou no lugar do tradicional verde-amarelo-azul utilizado pela direita em geral. Além disso, a estética também incorporou de vez os *memes* – um tipo de representação constituída de imagem, vídeo ou frases humorísticas (ou apenas de fatos cotidianos) que proporciona rápida viralização na internet. Esse tipo de marketing ideológico foi estrategicamente utilizado para levar as pessoas para a discussão política, tendo como base o entretenimento. Rafael Rizzo (28), diretor de comunicações e coordenador nacional do MBL, é o grande responsável pela criação dos *memes* produzidos em massa e compartilhados pelas redes sociais do movimento. Frederico e Rafael passam a ser, assim, dois dos principais líderes do grupo nessa área da comunicação.

A questão estética também inspirou Pedro D’Eyrot, que passou a adotar a expressão “direita transante” (D’EYROT, 2016, n.p.) para classificar o movimento, sob o argumento de que a direita precisava aplicar termos mais atraentes, a fim de difundir uma visão mais aprazível do mundo liberal. Em entrevista à Folha de S. Paulo no ano de 2016, ele afirmou que “a esquerda contemporânea desenvolveu uma roupagem romantizada para seus ideais e, assim,

¹⁰ Ver Entrevista com MBL - Movimento Brasil Livre: <<https://www.youtube.com/watch?v=4h4eQ1NiAP4&t=719s>>. Acesso em: 20 set. 2020.

formou uma militância consistente". Era preciso – com perdão da ironia – revolucionar o liberalismo” (D'EYROT, 2016, n.p.). Mas não apenas isso. O desenrolar dos acontecimentos exigiu novas providências. Segundo Barcelos (2017), após perder parte de seu poder nas redes e ruas depois do impeachment de Dilma Rousseff, o grupo fez um redirecionamento de suas ideias para assegurar o sucesso nas redes. Para que ganhassem visibilidade novamente, após a saída da presidente, o movimento apostou no conservadorismo cultural e moral para criar seus conteúdos e, conseqüentemente, mais compartilhamentos.

2.3 O impeachment de Dilma como pauta principal

Em 2014, a pauta adotada para a convocação da primeira manifestação do MBL foi a defesa do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, que acabara de ser reeleita com 51,64% dos votos válidos no segundo turno (correspondente a mais de 54 milhões de votos), contra o candidato do PSDB Aécio Neves, que obteve 48,36% dos votos. No entanto, sem embasamento jurídico para a exigência desse tipo de processo de impedimento, o grupo optou por mudar a pauta e manifestar-se em defesa da Operação Lava Jato e da liberdade de expressão – esta última em razão do episódio em que militantes pró-PT manifestaram-se no prédio da editora Abril em 2014, em retaliação à matéria da Veja que responsabilizava Lula e Dilma por esquema de corrupção na Petrobras¹¹. O endossamento da Lava Jato, com as investigações, pelo Ministério Público e Polícia Federal, de denúncias de corrupção e lavagem de dinheiro foi um grande mobilizador dos manifestantes, que vestiram camisas da Seleção Brasileira de Futebol durante os protestos convocados por movimentos sociais de direita, além do próprio MBL, principalmente entre 2014 e 2015.

O *impeachment* só foi efetivamente defendido pelo MBL depois da publicação de um artigo do jurista Ives Gandra Martins, na *Folha de S. Paulo*, em janeiro de 2015¹². Ele teria sido a primeira pessoa a defender o processo com certo embasamento jurídico. A partir disso, os membros se posicionaram pelo *impeachment* até que ele fosse concretizado e, para isso, investiram em manifestações de rua e na pressão à classe política. O primeiro ato pelo

¹¹ “Grupo de 200 pessoas ataca o prédio da Editora Abril em São Paulo”: < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/10/grupo-de-200-pessoas-ataca-o-predio-da-editora-abril-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 20 set. 2020.

¹² “A hipótese de culpa para o impeachment”: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/206640-a-hipotese-de-culpa-para-o-impeachment.shtml>>. Acesso em: 21 set. 2020.

afastamento da presidente Dilma foi realizado em 15 de março de 2015, em um dos maiores protestos organizados pelo MBL, com a participação de cerca de 210 mil pessoas em São Paulo (SP)¹³. Mas não se tratava apenas do *impeachment*. Também houve muitos discursos em defesa da privatização da Petrobras, da diminuição dos gastos públicos e dos impostos, além de manifestações pelo fim do fundo partidário, entre outras reivindicações.

O descontentamento com a política econômica também estava latente. Em sua análise sobre os equívocos da gestão do governo Dilma, Singer (2016) destaca as quedas de braço protagonizadas pela presidente com frações importantes da classe capitalista e que desagradaram o setor financeiro. Para o autor, o que diferencia o governo Dilma do governo Lula é o caráter conciliador que caracterizou o governo do primeiro presidente petista. Dilma, ao contrário, optou por enfrentar setores melindrosos da classe capitalista. Essa perspectiva, contudo, nunca mobilizou o MBL. O movimento centrava suas ações em protestos voltados para o combate à corrupção – que era atribuída particularmente aos governos petistas. No blog de Reinaldo Azevedo na revista *Veja* (2016), Renan Santos reafirma que o combate à corrupção era umas das maiores preocupações dos brasileiros.

O combate à corrupção deixou de ser “moralismo pequeno burguês” da classe média e entrou na agenda do dia de todas as classes sociais. Ricos e pobres querem um país livre da corrupção — e não surpreende que o tema, pela primeira vez, tenha virado a maior preocupação dos brasileiros, conforme pesquisa recente da CNI. Gostem ou não nossos intelectuais de esquerda, mas essa inédita articulação dos setores produtivos da nossa sociedade — assalariados e pequenos empresários — converteu-se numa força política sem paralelo em nossa história recente. É sólida, pois se baseia na consolidação institucional de valores já presentes na sociedade civil; é poderosa, pois comunica-se em rede numa velocidade jamais imaginada por qualquer Marina Silva (SANTOS, 2016, n.p.).

A força que a pauta anticorrupção obteve pode ser assimilada a partir de diversos fatores. Os esquemas de corrupção denunciados durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) tiveram grande peso na opinião pública, causando uma rejeição sistemática ao Partido dos Trabalhadores (PT) – especialmente em meio à classe média/alta e os mais escolarizados, ainda que o partido pudesse contar com expressiva base eleitoral constituída de pessoas de baixa renda e menos escolarizadas (SINGER, 2012). O escândalo do Mensalão, termo utilizado pela imprensa para se referir às denúncias feitas pelo então deputado federal

¹³ “Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país”: <
<https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contr-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>>. Acesso em: 21 set. 2020.

pelo PTB, Roberto Jefferson – que acusava o partido de pagar uma mesada aos deputados para que estes votassem a favor de projetos do interesse do Executivo –, comprometeu em larga medida a reputação do PT. A partir de maio de 2005, as denúncias foram amplamente midiáticas e reforçadas, agora por meio da divulgação das investigações realizadas pela Lava Jato¹⁴.

Segundo Alencar (2012), a imprensa teve significativa responsabilidade no que diz respeito à reputação do PT. O autor analisa, especialmente, a cobertura da campanha eleitoral de Dilma para seu primeiro mandato em 2010 e caracteriza a imprensa como sendo anti-Dilma por ter, por exemplo, contraposto sua candidatura com a de José Serra (PSDB).

Nesse período [entre abril e final de agosto de 2010] a *Folha* levantou uma série de temas negativos para a candidatura de Dilma, para o governo federal e para o Partido dos Trabalhadores, e temas positivos para Serra (às vezes, os textos parecem *releases* da campanha deste); dosando com alguns temas negativos de menor relevância sobre Serra, e raros temas positivos para Dilma, sempre acompanhados de viés negativo (ALENCAR, 2012, p.106).

Dilma foi eleita em 2010 e reeleita em 2014. Setores oposicionistas se organizaram lenta e progressivamente até darem abertura à possibilidade de derrubada da então presidente da República perante a insatisfação da opinião pública em relação a ela – especialmente após a reeleição. O tema da corrupção era latente, e foi oportuno para a repercussão desse processo, tendo a Lava Jato como grande motivador. Em 2016, a Operação chegou a ser premiada pela Transparência Internacional, que, naquele período, considerava-a a maior iniciativa contra a corrupção no mundo¹⁵. A internet, através das redes sociais, também foi elemento fundamental para a propaganda positiva em torno da Lava Jato, como observa Telles (2015), para quem “a consequência dessa articulação virtual foi o aumento da percepção da corrupção, a mobilização de usuários nas redes para o apartidarismo reativo e para a organização de protestos pela saída da presidente eleita” (p.39).

Telles observa ainda que a corrupção é um caso de política de valências, uma expressão que diz respeito às pautas e questões neutras que já são consenso na sociedade e esvaziadas de ideologia. O uso da pauta anticorrupção resulta no dualismo entre quem vota no PT e é

¹⁴ Recentemente, o STF considerou parcial a ação do ex-juiz Sérgio Moro em sua atuação na Operação Lava Jato. Ler mais em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/23/carmen-lucia-muda-voto-e-2a-turma-do-stf-declara-que-moro-foi-parcial-ao-condenar-lula.ghtml>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

¹⁵ “Lava Jato ganha principal prêmio anticorrupção”: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral.lava-jato-ganha-principal-premio-anti-corrupcao,10000092336>>. Acesso em: 28 set. 2020.

complacente diante das denúncias de corrupção ao partido, em contraposição àqueles que se agregam em torno do sentimento de ódio ao PT. O uso dessa valência apresenta o partido de Lula e Dilma como ilegítimo, através da exposição dos casos de corrupção, causando o que a autora chama de apartidarismo reativo. Neste caso, podemos observar que a autodefinição partidária do MBL não impediu que o movimento apoiasse partidos políticos (SOUZA; MESSIAS; ESPINERA, 2017), visto que o movimento apoiou candidaturas municipais em 2016 – João Dória (PSDB-SP), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Orlando Morando (PSDB-SP), além de ter lançado membros do próprio movimento à política institucional, como já mencionado.

Segundo Fernandes (2019), o discurso em torno da corrupção na perspectiva moral resulta no apagamento das causas sistêmicas e estruturais que estão na origem desse problema – e que são muito mais complexas do que sugeriam os debates no meio político. “É possível, inclusive, sugerir que esse seja parte do raciocínio que influenciou tantas abstenções, nulos e brancos nas últimas eleições, mesmo quando seria necessário escolher o PT (como mal menor) para barrar uma ameaça antidemocrática pior [em referência ao adversário Jair Bolsonaro]” (FERNANDES, 2019, p.240). Em suas estratégias em busca de apoio da opinião pública, o MBL tratou a corrupção como um ato individual de alguém que comete um crime. Assim, reduziu o debate sobre as estruturas sistêmicas.

A autora também percebe, nesse tipo de estratégia, um sintoma da *despolitização*¹⁶. Esse conceito está voltado para um processo que transforma a grande política em uma pequena política, a partir de significantes deturpados baseados no senso comum, ainda que divergentes. A *despolitização* também ocorre na esquerda, através da incoerência entre prática e pensamento. “Isso é feito para reafirmar a hegemonia, o *status quo* e o senso comum que mantêm a ordem das coisas a favor do capitalismo e seus modelos ideológicos complementares, como o conservadorismo e o neoliberalismo, os quais podem andar juntos ou separados de acordo com o que oferecem na conjuntura” (FERNANDES, 2019, p.25). Para Fernandes, isso está diretamente relacionado ao processo de despolitização coordenado pela direita. Tanto pelos intelectuais quanto pelas próprias organizações desse campo ideológico.

¹⁶ Fernandes (2018) ainda conceitua o que é *politizar*, ressaltando que não se trata apenas de envolver o indivíduo no debate político, mas de “conscientizar a arena política e seus eixos de atuação coesa e/ou conflituosa (por exemplo, classe, opressão, exploração, antagonismo, conflito social, etc.” (p.29). A autora ainda afirma que os conceitos de *politização* e *despolitização* são como termômetros sociológicos que medem a capacidade de transformar a relação das pessoas com o espaço público, entendendo se essa é de dominação ou de subversão entre sujeitos ou objetos (FERNANDES, 2019, p.29).

Nesse período, uma grande ideia do MBL para manifestar-se e deixar explícita a pressão política que o grupo estaria realizando em torno do impeachment foi a Marcha Pela Liberdade e o acampamento em frente ao Congresso Nacional, ambos realizados por membros do movimento e apoiadores de outros grupos de direita. Com destino à Brasília, a marcha durou cerca de um mês e foi constituída de caminhadas, acompanhadas de veículos apoiadores, partindo da Praça Panamericana, em São Paulo, no dia 24 de abril de 2015. Ao chegarem, Kataguri, Renan Santos e outros membros realizaram uma reunião com Eduardo Cunha, o então presidente da Câmara, para entrega do documento que pedia o *impeachment* de Dilma – do qual abriram mão mais tarde, para permitir a denúncia contra a presidente protocolada pela professora Janaína Paschoal e pelo jurista Hélio Bicudo, um dos fundadores do PT. O texto foi escrito pelo próprio grupo, principalmente pelo advogado, fundador e coordenador nacional do MBL, Rubens Filho.

A marcha foi um marco, abrindo caminho para a interlocução direta entre o MBL e parlamentares dos mais diversos partidos, a fim de concretizar o *impeachment*. O grupo via o Eduardo Cunha como seu “malvado favorito” (KATAGUIRI; SANTOS, 2018, p.213), ainda que estivesse enfraquecido depois de também ter sido denunciado por crimes de corrupção que envolviam contas secretas na Suíça¹⁷. Isso foi o que motivou o grupo a realizar o acampamento em frente ao Congresso no dia 21 de outubro de 2015, em uma espécie de ação presencial para pressionar o acolhimento, no menor tempo possível, do pedido de *impeachment*. Naquele momento, a disputa estava entre pessoas que apoiavam o “Fora Cunha” e as pessoas do “Fora Dilma”. O MBL, certamente, acreditava na segunda bandeira e alegava não ter tido apoio da academia, da imprensa e do *establishment* cultural. Os integrantes do movimento chegaram mesmo a se auto afirmarem como parte de um movimento de “contracultura” liberal contra o domínio da esquerda na sociedade e a favor do livre mercado e do capitalismo.

¹⁷ “Suíça encontra quatro contas bancárias atribuídas a Eduardo Cunha”: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1688952-suica-encontra-quatro-contas-bancarias-atribuidas-a-eduardo-cunha.shtml>>. Acesso em: 22 set. 2020

3 ANTIESQUERDISMO ATIVISTA

Dentre as estratégias adotadas pelo MBL nas redes para combater as forças políticas ligadas aos partidos progressistas, a discussão dos ideais moralistas certamente é uma das principais. Em confluência com outros movimentos ligados à direita, o anticomunismo e o antiesquerdismo também foram elementos temáticos e argumentativos bastante utilizados por estes grupos para sustentar o conjunto de técnicas de comunicação adotado. Durante toda a campanha bolsonarista, o conceito de *guerra cultural* foi usado pelo influenciador digital Olavo de Carvalho – um dos maiores representantes do conservadorismo no Brasil nas duas primeiras décadas do novo milênio – como máxima para alimentar o ódio à esquerda. Porém, esse tema não entrou em debate apenas a partir das campanhas e dos compartilhamentos massivos dos discursos de Jair Bolsonaro ou de seus simpatizantes. A ideia de *guerra cultural*, que tem sido utilizada desde o século passado – e de que se falará mais adiante –, é sempre um indicativo de conflitos característicos de sociedades divididas. Principalmente após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o termo reflete o combate acirrado entre setores representativos do conservadorismo, agrupados em forças políticas da direita, e os grupos adeptos das ideias progressistas, próprias das forças políticas da esquerda.

Na perspectiva de Carvalho, a esquerda é constituída de pessoas que defendem o Comunismo e o Socialismo. Carvalho divulga suas ideias a respeito de temas relacionados à Ciência Política e à História em artigos de jornais e em seus próprios canais desde 2000, quando passou a ser um grande representante do anticomunismo e, assim, das forças de direita no país. Entre os pensamentos mais disseminados por ele – considerado, por muitos estudiosos, um grande propagador de teorias da conspiração¹⁸ – estão o de que “a ditadura comunista é comandada pelo PT” e o de que existe hoje um *marxismo cultural*. Um dos principais textos do autor disponíveis sobre este conceito está em seu blog, no qual divulga suas concepções acerca do cenário político do país e do mundo. Para Carvalho (2002), o *marxismo cultural* é uma espécie de quarta modalidade da teoria marxista, seguido do *marxismo clássico*, do *soviético* e

¹⁸ O conceito de teoria da conspiração ou teoria conspiratória está relacionado a qualquer tentativa de elucidação de um fato por meio de explicações que remetem a “tramas”, planejamentos secretos ou ações deliberadas para viabilizar ações prejudiciais a alguém, um grupo ou instituição. “A ideia de teoria conspiratória ‘é motivada por uma narrativa estruturante da maior parte das teorias, particularmente numa visão de mundo maniqueísta, (...) uma narrativa sobre eventos ou fenômenos políticos atuais com atitudes preditas por sentimentos supernaturais, paranormais e maniqueístas” (OLIVER; WOOD *apud* SANTOS, p. 155, 2016).

do *revisionista*¹⁹. Segundo o autor, a origem do *marxismo cultural* pode ser explicada a partir da análise dos estudos de Antônio Gramsci e dos pensadores da Escola de Frankfurt:

Gramsci descobriu a “revolução cultural”, que reformaria o “senso comum” da humanidade, levando-a a enxergar no martírio dos santos católicos uma sórdida manobra publicitária capitalista, e faria dos intelectuais, em vez dos proletários, a classe revolucionária eleita. Já os homens de Frankfurt, especialmente Horkheimer, Adorno e Marcuse, tiveram a ideia de misturar Freud e Marx, concluindo que a cultura ocidental era uma doença, que todo mundo educado nela sofria de “personalidade autoritária”, que a população ocidental deveria ser reduzida à condição de paciente de hospício e submetida a uma “psicoterapia coletiva” (CARVALHO, 2002 n.p.).

Nesse trecho, o autor argumenta que o *marxismo cultural* foi criado como uma via para destruir a cultura ocidental, assim como os valores e a moral cristã, apontando o campo da esquerda, principalmente os grupos ligados ao comunismo, como o principal agente para realizar o que chamou, no blog, de “plano de extermínio”. Segundo o autor, o marxismo foi adotado por esses pensadores citados com um objetivo único: “destruir a cultura, destruir a confiança entre as pessoas e os grupos, destruir a fé religiosa, destruir a linguagem, destruir a capacidade lógica, espalhar por toda parte uma atmosfera de suspeita, confusão e ódio” (CARVALHO, 2002, n.p.). O marxismo é concebido pelo autor como um agente hegemônico, predominante nos principais meios de comunicação e nas universidades e, portanto, teria vasta influência sobre a maneira que muitas pessoas têm de enxergar o mundo: “Dificilmente se encontrará hoje um romance, um filme, uma peça de teatro, um livro didático onde as crenças do marxismo cultural, no mais das vezes não reconhecidas como tais, não estejam presentes com toda a virulência do seu conteúdo calunioso e perverso” (CARVALHO, 2002, n.p.).

A perversidade apontada por Olavo de Carvalho como característica desse *marxismo cultural* resulta de análises teóricas consideradas deturpadas por vários estudiosos. Sobre a obra de Antoni Gramsci, ele chega a dizer: “A instrumentalização política das instituições de cultura e ensino pela ‘revolução gramsciana’ estava acabando com a vida intelectual no Brasil e em breve iria reduzi-la a zero, como de fato veio a acontecer” (CARVALHO, 2014, n.p.). Para

¹⁹ O Marxismo Clássico, linha de pensamento e prática inspirada no pensamento dos autores alemães Karl Marx e Friedrich Engels, traduz, na concepção de Olavo de Carvalho, a ideia de que “(...) os proletários eram inimigos naturais do capitalismo” (CARVALHO, 2002). A partir dos estudos e escritos de Marx e Engels, são vários os critérios de análise e fundamentos utilizados para o exame do pensamento marxista discutido em variados estudos. Um exemplo é o Marxismo Soviético, citado por Carvalho, que fundiu a Teoria Marxista às tendências de pensamento leninista, originárias das ideias do revolucionário comunista, político e teórico russo Vladimir Lênin. As obras leninistas foram escritas a partir da realidade vivenciada pelos trabalhadores russos do século XX e difundiam a ideia de tomada do poder político pelos proletários (MARXISTS, 2018). Carvalho também cita o Marxismo Revisionista discutido nos estudos do autor alemão Eduard Bernstein, que faz uma revisão crítica ao pensamento de Marx no final do século XIX.

Carvalho, esse foi um dos motivos que o fizeram se colocar contra a esquerda a partir da década de 90. O autor e seus seguidores argumentam que o *marxismo cultural*, ao destruir valores tradicionais no país, enfraqueceram a sociedade – o que teria se dado principalmente por meio de agentes do meio cultural e, principalmente, por meio da imprensa, que teria triunfado no país, gerando uma hegemonia²⁰. Esse argumento, nos últimos anos, é um dos principais fatores responsáveis pela mobilização dos sentimentos de ódio e medo contra os segmentos da esquerda. Foi com essa mesma estratégia que o MBL garantiu significativos números de seguidores e engajamentos em suas redes sociais – o que fortaleceu outras iniciativas, como as manifestações de rua. Em 2018, a página do MBL contava com pelo menos 2,6 milhões de seguidores no Facebook.

Alguns pesquisadores, como o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, identificam que o *marxismo cultural* é um dos sintomas do que ficou conhecido por anticomunismo e antipetismo. Essas categorias também serviram de apoio para os discursos do MBL e outros atores da direita, na tentativa de gerar mobilização e atos de criminalização contra a esquerda, seja envolvendo os movimentos sociais ou políticos progressistas que se dedicam ao combate contra as desigualdades em geral (MOTTA, 2018, p.2). Segundo Motta (2018), as categorias de anticomunismo e antipetismo são capazes de mobilizar valores conservadores, liberais e fascistas (p. 4). E, de acordo com ele, é possível observar novas apropriações desses termos na atualidade. O autor lembra que existe uma forte tradição anticomunista no Brasil desde os anos de 1930: “Para demonstrar o impacto político do fenômeno basta registrar que ele serviu de justificativa para os golpes de 1937 e 1964, bem como para as ditaduras subsequentes, o Estado Novo comandado por Getúlio Vargas entre 1937-1945, e a ditadura liderada pelos militares (e seus aliados civis) entre 1964 e 1985” (MOTTA, 2018, p.7).

A literatura registra que, na perspectiva do liberalismo brasileiro, o comunismo representa uma ameaça contra a liberdade política, e também contra o direito à propriedade. Segundo Motta (2000), no caso brasileiro “predominou uma retórica liberal pouco preocupada com as práticas democráticas, mais afinada com a afirmação de liberdade no sentido negativo

²⁰ O conceito de *hegemonia* é normalmente atribuído aos estudos do teórico marxista Antônio Gramsci. Sob essa perspectiva, é possível considerar que *hegemonia* é a capacidade de convencimento de um grupo social sobre um outro grupo social de que um interesse específico é um interesse coletivo (COUTINHO, 2010). Com consentimento e sem uso de violência explícita, a *hegemonia* é uma forma de dominação refletida tanto no âmbito dos valores como no âmbito material, ou seja, na manutenção das estruturas sociais: “(...) os detentores do poder têm a tarefa contínua de obter o consentimento dos dominados à dominação. Contudo, trata-se menos de produzir um consentimento passivo quanto à relação de subordinação e mais de um consentimento ativo, pela incorporação de um sistema de crenças e práticas sociais que garantam a reprodução cotidiana destas relações desiguais” (BORGES, 2019, p.19)

que positivo, em outras palavras, enfatizava-se a luta contra o intervencionismo estatal²¹ e relegava-se para segundo plano a questão da participação política” (MOTTA, 2000, p.61). O caso do antipetismo assemelha-se à essa tradição anticomunista, por meio da qual se abre o caminho para os ataques às forças progressistas – principalmente aos governos petistas, seus projetos e símbolos. Especialmente ao ex-presidente Lula.

3.1 Guerra Cultural

O combate feito por grupos organizados no campo político da direita contra tudo o que se relaciona aos posicionamentos, ideias e propostas dos segmentos da esquerda também tem outra origem profunda. Nesse ponto, será útil analisar a questão da *guerra cultural* que, no Brasil, tem em Olavo de Carvalho uma de suas principais referências. Inspirado em Gramsci, como já se mencionou aqui, o autor se utiliza do conceito para traçar uma luta destinada a afrontar o que ele chama de *hegemonia de esquerda*. Olavo acredita que, seja por meio de filmes ou de notícias veiculadas pela imprensa, a “ideologia esquerdista” – termo muito utilizado por ele – teria dominado parte da intelectualidade brasileira ao se apoderar de grande espaço nas instituições culturais. Em entrevista ao *Jornal Nexo* (2019), o pesquisador e mestre em Filosofia, Eduardo Wolf, expôs suas ideias acerca desse conceito de *guerra cultural*.

“Guerra cultural” se refere a um tipo especial de tensão social e política em determinada sociedade. Como o nome diz, esse conflito ocorre na dimensão da cultura – da produção artística, pensamento e reflexão, no universo dos valores e símbolos. Não é como uma guerra civil, que representa um estágio avançado de deterioração do quadro social e institucional. Tampouco se reduz a um conflito de facções partidárias. Justamente por ser um fenômeno do campo da cultura, podemos perceber sua presença de maneira ampla e difusa na sociedade. O que torna esse tipo de tensão diferente é uma percepção, por parte de grupos majoritários ou dominantes, de que as nações e as sociedades em que vivem têm uma unidade e uma identidade que se traduzem em uma essência inalterável. Obviamente, tudo o que divergir dessa visão essencialista (pode ser do Brasil, pode ser do Ocidente) será considerado como uma ameaça radical, pois coloca em xeque a suposta identidade tradicional. (WOLF, 2019, n.p.).

O pesquisador observa que a *guerra cultural* foi adotada por conservadores em defesa de uma tradição, com o objetivo de silenciar ou até mesmo aniquilar o diferente ou o inimigo em disputa narrativa. Essa disputa não diz respeito a conflitos partidários ou a interesses divergentes em políticas públicas, mas à defesa de valores e aspectos simbólicos de uma

²¹ Contra a interferência do Estado nas atividades econômicas do país.

sociedade, elemento denominado pelo pesquisador de “luta pela alma da nação”. A partir desse entendimento, Wolf (2018) aponta três elementos do conceito de *guerra cultural* que tendem a dividir a sociedade: etnia, religiosidade e sexualidade.

Difícilmente haverá uma guerra cultural para discutir taxa de juros ou limite de gastos do Estado. Essas coisas podem ser polêmicas e mobilizar a sociedade, mas elas não são aquelas que conseguem fazer com que setores muito amplos da sociedade - com que artistas, o mundo da cultura, o mundo do pensamento e da vida intelectual e também a vida cotidiana das pessoas - sintam-se completamente dividida. Ao contrário, no caso de religiosidade, sexualidade e etnia, essas questões tendem a dividir uma nação precisamente porque são as questões que tradicionalmente representam as dificuldades de grupos com valores distintos viverem juntos (WOLF, 2018, n.p.).

Nos Estados Unidos, país onde o conceito de *guerra cultural* foi importado os conflitos que antes eram discutidos no âmbito político começaram a ganhar espaço também no universo das artes na década de 1980. Para exemplificar, Wolf (2018) lembra que esse fenômeno se repetiu no Brasil quando, a partir de 2017, exposições de arte no país²² passaram a ser duramente atacadas por movimentos conservadores por se tratarem de manifestações artísticas que levantavam questões sobre religiosidade, sexualidade e, portanto, por afetarem a moral e os costumes das pessoas. Solano (2018) recorre à origem norte-americana do termo, ressaltando o caráter de tensão latente resultante da antiga polarização entre esquerda e direita a partir da década de 1980.

Costuma-se atribuir a James Hunter a identificação precisa do fenômeno e a difusão do termo *guerras culturais* para referir-se ao processo pelo qual temas como o direito dos homossexuais, a legalização do aborto, o controle de armas e a legalização das drogas passaram a ganhar proeminência no debate político americano, no final dos anos 1980, opondo “conservadores” e “progressistas” (SOLANO, 2018 p.9).

Na América Latina, tudo indica que parte expressiva desse conflito decorre também do cenário de “virada à esquerda” na região. Essa expressão é utilizada para identificar o período que se inicia em 1998 e se estende pela primeira década do século XXI, quando presidentes considerados de esquerda ou centro-esquerda chegaram ao poder por meio de eleições diretas em seus respectivos países (CARVALHO, 2018). Em 2002, no Brasil, o governo moderado/reformista de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez parte dessa contagem, uma vez que tanto a campanha quanto a administração do político petista se propuseram a enfrentar antigos

²² É possível citar, a título de exemplo, a exposição *Queer Museu*, em Porto Alegre, e a apresentação performática *La Bête*, no Museu do MAM em São Paulo. Ambas ocorreram no ano de 2017.

problemas decorrentes do grande grau de desigualdade que, historicamente, marcou a sociedade brasileira. Segundo Santos (2016), a virada se deu principalmente em função do descontentamento da sociedade civil com as políticas neoliberais. Olavo e seus seguidores, no entanto, produzem marcadores de cunho ideológico invertido para alardear um falso cenário totalitário que o país estaria enfrentando desde a eleição de Lula. Na versão desses grupos, e também de outros líderes políticos conservadores, no Brasil, especificamente, esse processo teria sido controlado “secretamente” por grupos que constituíam o Foro de São Paulo²³. Para Carvalho (2012), a imprensa tornou-se, para a esquerda, depois da ditadura militar, um instrumento tático de perpetuação de poder e de prestígio.

Em entrevista ao jornal *O Globo* (2020), João Cezar de Castro Rocha, professor de Literatura Comparada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), explica sobre o termo *guerra cultural bolsonarista*, o qual ele se dedicou a estudar nos últimos anos. O professor defende a ideia de que reduzir o conceito à perspectiva que remete ao contexto norte-americano pode ser um equívoco, na medida em que simplifica o impacto dessa disputa no Brasil, onde esse conceito revela nuances mais peculiares. Rocha também defende a tese de que Olavo de Carvalho – ao promover deliberadamente uma confusão entre hegemonia e “doutrinação”²⁴ – é hoje um dos pilares do pensamento que sustenta a perpetuação dessa ideia de guerra. “Eu sou de esquerda, e é preciso ser intelectualmente honesto: no campo da arte e da cultura, não apenas no Brasil, há uma hegemonia da esquerda. Mas isso nada tem a ver com doutrinação” (ROCHA, 2020, n.p.). Na concepção do professor, não há *doutrinação* porque não há um centro para que ideias, vindas do espectro da esquerda, sejam impostas.

A guerra cultural bolsonarista tem muito pouco a ver com cultura como nós entendemos e tem muito a ver com a concepção militar da doutrina de segurança nacional de eliminação do inimigo interno. Se você fizer o trabalho mínimo de assistir a alguns vídeos de intelectuais bolsonaristas, o verbo dominante é eliminar. É um vocabulário retirado diretamente do golpe militar de 1964 (ROCHA, 2020, n.p.).

Na entrevista ao *Jornal Opção* (2020), o professor também cita outro pilar da *guerra cultural bolsonarista*: a chamada doutrina de segurança nacional. Trata-se de um conceito

²³ Criado em 1990, trata-se de um fórum de debates que envolve grupos e partidos de esquerda que, situados na América Latina e no Caribe, colocam-se como alternativa ao neoliberalismo expresso nos âmbitos político e econômico.

²⁴ O conceito de *doutrinação* normalmente está relacionado ao ensino que objetiva convencer as pessoas de apenas um ponto de vista. A doutrinação normalmente é operada quando não há o exercício de reflexão, ou seja, quando os meios de aprendizagem são utilizados como instrumento de manipulação, indo de encontro a interesses específicos de determinados dirigentes (VERGARA; GOMES, M.; GOMES, A., 2005).

desenvolvido no período da Guerra Fria, ainda no século XX, centrado na ideia de anulação de um inimigo como estratégia de legítima defesa coletiva. Rocha ressalta que essa doutrina foi replicada durante os anos da ditadura militar brasileira, que transformou o “inimigo externo” – a ditadura comunista – em inimigo interno, o que deu às Forças Armadas um poder de aniquilação. O professor sustenta a ideia de que, no caso bolsonarista, a guerra cultural foi adotada por setores conservadores da sociedade como justificativa para eliminar o outro. Isso se traduz de forma especialmente clara no universo digital. Nesse âmbito, o papel do bolsonarismo é o de destruir simbolicamente os adversários através do que o professor chama de “milícias digitais”. “Como traduzir em um ambiente democrático a doutrina de segurança nacional se a democracia necessariamente implica o contraditório e estar exposto à diferença?” (ROCHA, 2020, n.p.). Neste trecho, é possível observar o que o professor quer dizer com a ideia de *cultura*: aquilo que, ao contrário dos significados que permeiam a guerra cultural bolsonarista, está aberto às diferenças.

Segundo Rocha (2020), uma última característica da *guerra cultural bolsonarista* consiste na adesão a uma matriz anticomunista, capaz de fazer com que o movimento bolsonarista cresça perante a ascensão das novas direitas, que também tem como bode expiatório a esquerda, sob o argumento da existência de um comunismo internacional ameaçador. A partir disso, é preciso lembrar não apenas a contribuição de Olavo para fortalecer o medo a este inimigo, mas também do jornalista Reinaldo Azevedo. Os escritos antiesquerdistas do jornalista foram bastante lidos em seu blog, atualmente hospedado no UOL. Mas inspirado nessa mesma temática, Reinaldo já escreveu também para a Revista Veja e para o Portal da Rede TV – nos programas *O é da coisa* (Rádio Band News) e *Os pingos nos Is* (Rádio Jovem Pan). As concepções do jornalista foram bastante trabalhadas, ainda, no livro *O País dos Petralhas* (2008), de sua autoria. Na biografia do MBL, Renan Santos, empresário e um dos fundadores do movimento, afirma que se identifica – particularmente no período entre 2011 e 2013 – com os discursos e ideias expressados pelo jornalista no que diz respeito à economia do país naquela época.

É também na biografia que Renan e Kim Kataguiri, atual deputado federal do DEM por São Paulo, analisam a maneira como a imprensa fez a cobertura das manifestações protagonizadas pelo movimento, sejam elas virtuais ou presenciais. O argumento de ambos para sustentar a ideia de que eles foram muitas vezes atacados pela imprensa, parte sempre do pressuposto de que todo jornalista é de esquerda. Kim chega a criar um termo particular “militante da Folha”, para se referir aos jornalistas que reportaram uma manifestação

coordenada pelo grupo em 2014 e cujo título – “Cerca de mil pedem intervenção militar” – desagradou os membros. A reportagem afirmava que, naquele ato, especificamente, representantes da direita brasileira pediram a volta do regime militar no país. Na avaliação de Renan e Kim, esse título, além de não informar o número correto de manifestantes (5 mil pessoas em frente ao Masp, segundo Kataguri), teria fornecido dados incorretos sobre a pauta do MBL, que, segundo os autores da biografia do MBL, estava centrada na defesa da “liberdade de imprensa” e também da “Operação Lava Jato”.

Kataguri sustenta que o jornal Folha de S. Paulo corroborava com o Partido dos Trabalhadores. “Numa rápida pesquisa no Twitter sobre a opinião desses nobres militantes da Folha, encontramos fotos com Delúbio Soares e declarações de apoio ao PT. Bingo!” (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.111). Nesse trecho, Kataguri afirma que os repórteres que escreveram a notícia citada são militantes de esquerda – sob o argumento de que eles teriam feito declarações favoráveis ao Partido dos Trabalhadores em suas redes sociais. No livro, o deputado do DEM não menciona que declarações teriam sido essas. Delúbio Soares, o político mencionado, é ex-tesoureiro do PT.

Em declarado apoio à ideia de *guerra cultural* defendida por Olavo de Carvalho e seus apoiadores, o MBL transformou a pauta da hegemonia da esquerda em uma de suas pautas principais. Os integrantes do movimento não apenas afirmavam a existência de uma hegemonia, mas também de uma doutrinação de cunho comunista no meio cultural, bem como nas escolas e nas universidades.

3.2 Do “Escola sem Partido” ao caso *Queer Museu*

Foram muitos os estudiosos do meio acadêmico que, a exemplo do cientista político e professor da Universidade de Brasília, Luís Felipe Miguel, observaram que alguns aspectos do projeto político intitulado Escola sem Partido²⁵ comprometeria em grande escala as liberdades acadêmicas. Inicialmente, e em primeiro plano, o projeto teve como argumento central a

²⁵ O Projeto de Lei nacional do Escola sem Partido foi idealizado em 2004, muito antes de tramitar na política institucional. Miguel Nagib, criador do que veio a se tornar um movimento, recebeu apoio a partir de 2016 de partidos como o DEM, PSL, Patriotas e outros, que assumiram a pauta que tenta proibir a veiculação de conteúdos conflitantes com as convicções religiosas de alunos (e das famílias desses alunos) nas escolas brasileiras. Para mais detalhes sobre o projeto, basta acessá-lo em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2

reivindicação de uma educação mais “neutra” nos espaços educacionais. Com o tempo, o projeto ganhou notoriedade devido à soma de outras pautas, como “marxismo cultural” ou “doutrinação marxista”, e o apoio vindo de outras pessoas e grupos conservadores e liberais, como Olavo de Carvalho e o MBL. A indignação dessas pessoas diante da liberdade de cátedra era sustentada, principalmente, por pilares morais.

A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais. (...) Se as escolas privadas poderiam incluir cláusulas contratuais que garantissem a possibilidade de apresentação de determinados temas em sala de aula, as públicas teriam que se curvar aos vetos de tantos pais de alunos quantos quisessem se aproveitar da prerrogativa (MIGUEL, 2016, p.601).

Os pais dos alunos foram encorajados a notificarem a escola sobre o direito que seus filhos tinham de receber uma educação religiosa e moral condizente com suas próprias convicções – direito previsto no artigo 12 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos (MIGUEL, 2016). O segmento responsável pela elaboração e disseminação do projeto recorreu à ideia da luta anti-intelectual, ou anti elite-intelectual (MACHADO, 2017), criando uma falsa dicotomia entre aqueles que seriam favoráveis ao que a direita chama de “doutrinação” (a liberdade de cátedra) e aqueles adeptos à implementação do projeto Escola sem Partido. Para Fernando Penna, membro da Frente Nacional Escola sem Mordaça, “uma pessoa que não conheça a atuação do movimento ou o teor dos projetos tende a declarar a sua adesão, só porque o termo já mobiliza o desprezo comum pela política partidária” (PENNA, 2018, p.110).

Nesse sentido, o ataque do Escola sem Partido à figura de Paulo Freire – internacionalmente reconhecido por sua luta em favor de uma educação libertadora e garantidora da autonomia dos indivíduos, bem como por sua atuação progressista no âmbito do ensino básico brasileiro – não é casual, como observa Pena²⁶. Freire foi o precursor da dimensão emancipatória na educação e, por causa disso, os ataques desenharam o papel principal do projeto em questão: questionar esse caráter emancipatório através do pânico moral. Em entrevista ao *Canal Futura* (2016), o criador do movimento Escola sem Partido, Miguel Nagib, disse que o trabalho de Paulo Freire teria sido o de recrutar jovens para o PT²⁷. A fala demonstra um desconhecimento do trabalho e da obra de Freire, cujas principais contribuições para o setor

²⁶ Ver Escola sem Partido - Fernando Penna <<https://www.youtube.com/watch?v=pV71Y GaÚCho>>. Acesso em: 23 jun. de 2020.

²⁷ Ver Escola sem Partido - Sala Debate - Canal Futura <<https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk>>. Acesso em: 20 ago. de 2020.

educacional “datam dos anos 1960, isto é, muito antes do surgimento do partido” (MIGUEL, 2016, p.601).

Fica patente a oposição de grupos conservadores e neoliberais à educação progressista e, em especial, às questões de gênero discutidas em sala de aula. Essas questões foram estigmatizadas como “ideologia de gênero” – termo adotado pelos grupos conservadores e liberais e que acabou sendo um dos focos do Escola sem Partido. Apoiada de maneira superficial na literatura feminista e *queer*²⁸, a invenção dessa ideia de “ideologia de gênero” partiu de grupos conservadores católicos para estigmatizar e combater os estudos das questões de gênero (MIGUEL, 2016, p. 598). Na maneira de ver dos segmentos conservadores, essas questões teriam gerado uma “confusão” na mente das pessoas sobre os papéis exercidos por homens e por mulheres – o que seria um sintoma de “desordem” social grave, capaz de impedir a consolidação da identidade de gênero masculina e feminina (MIGUEL, 2016, p.597-599). É para barrar essa “desordem” que esses segmentos conservadores se empenham em garantir a proibição da discussão desse tema nas escolas. Daí a tentativa de eliminar a questão de gênero dos planos de educação.

A “ideologia de gênero” foi um dos temas fortes da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro. Ao analisar essa questão, Sônia Corrêa, uma das coordenadoras do Observatório de Sexualidade e Política²⁹ – e coordenadora do projeto de pesquisa sobre políticas antigênero na América Latina – identificou o que chama de *cola simbólica*. O termo reflete a ideia de que as pessoas, ao discutirem sobre essa pauta, associam outros sentimentos a ela, como o medo. No Brasil, por exemplo, até a questão da corrupção foi conectada a essa pauta, como observa a pesquisadora:

Vale lembrar que corrupção é um termo polissêmico que evoca tanto degradação política quanto sexual. Quando associada à “ideologia de gênero” mobilizam-se pânico que são tanto políticos quanto morais. Foi isso que aconteceu no processo eleitoral e que levou à situação atual, em que a ideologia antigênero é um traço forte da política de Estado (CORRÊA, 2020, n.p.).

Podemos observar, então, que a “ideologia de gênero” está dentro de uma base de afinidades que atravessa diferentes campos da direita, sendo um sintagma vazio que serve de

²⁸ A Teoria Queer é um estudo de gênero crítico à hegemonia e imposição cultural heterossexual, presente nos discursos e práticas de diversos âmbitos sociais e políticos.

²⁹ Trata-se de um fórum global constituído de pesquisadores e ativistas de vários países presidido por Richard Parker, professor da Universidade de Colúmbia (EUA) e presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA).

suporte para diferentes projetos políticos (CORRÊA; KAHUA; PATERNOTTE, 2018). De qualquer maneira, a capacidade que o MBL teve de se adaptar à onda conservadora e ao ambiente político da época demonstra uma das características principais do movimento: a rápida transformação com o intuito de massificar o liberalismo. Apesar de o MBL ter rompido com o movimento bolsonarista antes que fosse completado um ano do governo eleito em 2018, o grupo contribuiu para alimentar esse fenômeno. Os ataques à arte e à cultura, já mencionados aqui, podem ser retomados a título de exemplo. Pode ser útil, neste ponto, voltar ao caso do *Queer Museu*³⁰, a exposição artística realizada pelo Santander Cultural em agosto de 2017. O evento foi muito criticado pelo MBL na forma de manifestações de rua e também nas redes sociais. As obras exibidas nesse museu foram disseminadas nas redes sociais do MBL de forma deturpada, erotizada e fora de contexto – o que garantiu popularidade ao grupo político³¹ no meio conservador. Em vídeo publicado no canal do MBL³², Kim Katagiri acusa a exposição de compactuar com zoofilia e pedofilia, de ofender o cristianismo e de uso indevido do dinheiro público para fins “irresponsáveis”. O deputado do DEM reduz o debate ao moralismo e investe em uma discussão sobre o que seria arte ou não.

Essa redução do debate ao moralismo também é identificada em outros momentos, principalmente nos momentos em que a diversidade e a identidade sexual estão em pauta. Solano (2018) retoma o conceito de *guerra cultural* para classificar as manifestações contrárias ao *Queer Museu*, que teriam por finalidade alimentar a base de apoio do grupo. A política ‘é vista e pensada de forma vergonhosa, desprezível, imoral. Trata-se da politização da antipolítica e o triunfo do ‘não sou político, sou gestor’” (p.7). Também é essa a avaliação de Freitas (2019), para quem o grupo adotou um discurso agressivo e tentou separar aqueles que defenderam a permanência da exposição daqueles que apreciaram as obras. “Qualquer um que defendesse a liberdade artística e se posicionasse contra qualquer forma de censura às artes nessa época, na grande mídia ou nas redes sociais, era prontamente tratado como defensor da pedofilia ou até mesmo como ‘pedófilo’” (FREITAS, 2019, P.112).

³⁰ Exposição artística *Queer Museu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* teve como tema a cultura e o conceito *queer* e foi exibido pelo Santander Cultural em Porto Alegre nos dias 15 de agosto a 10 de setembro de 2017. Exibe obras de artistas como Cândido Portinari, Lygia Clark, Alfredo Volpi, Adriana Varejão e Bia Leite.

³¹ Em uma análise de dados feita por Freitas (2019), é possível perceber que, entre as datas 10 de setembro e 10 de novembro de 2017, o número de seguidores do MBL no Facebook cresceu 6,21%, o que corresponde a 147.016 novos seguidores com picos de crescimento nos dias em que foram publicados conteúdos sobre a exposição. Esse período também conta com a exibição de um vídeo e a discussão sobre a apresentação performática no Museu do MAM em São Paulo, *La Bête*, que ocorreu no dia 26 de setembro de 2017.

³² “O debate sobre o Santander que a esquerda não quer que você faça” <<https://www.youtube.com/watch?v=e-tFdKx6XWY>>. Acesso em: 21 jun. de 2020.

Foi precisamente sob o argumento do uso “indevido” do dinheiro público no meio artístico que o MBL atacou a Lei Rouanet, transformada na questão central desse discurso. A lei, que financia diferentes trabalhos artísticos no Brasil, possui, no entanto, um espírito essencialmente liberal: empresas, escolhidas pelos próprios produtores dos eventos culturais, patrocinam um projeto antecipadamente aprovado pelo edital da Rouanet. Há que se lembrar, aliás, que a lei data de 1991 e foi sancionada pelo então presidente Fernando Collor de Mello que, a partir dela, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura, o Pronac. Trata-se de uma parceria com o setor privado. A crítica feita pelo MBL, fundada na opinião sobre o que deve e o que não deve ser objeto de investimento com o dinheiro público, é facilmente absorvida pelas parcelas da população que não desfrutam adequadamente dos direitos básicos de todo cidadão. Trata-se de um dos enquadramentos adotados pelo MBL em suas tentativas de debater questões econômicas sob a perspectiva moral. O exercício do conservadorismo, ou mesmo do neoconservadorismo, é possibilitado e viável a partir da discussão dessas pautas, em especial.

A adoção de pautas, expressões e manifestações que acionam valores moralistas tornou-se a estratégia principal do MBL, especialmente após o impeachment de Dilma. Em entrevista à Luiz Felipe Pondé (2020), Fernando Holiday chega a definir a luta a favor do impeachment como componente principal da primeira fase de atuação do grupo. A segunda fase seria marcada pela viralização dos conteúdos nas redes do MBL, capazes de aproximar o grupo do “bolsonarismo” e do “conservadorismo popularizado e distorcido” (HOLIDAY, 2020). Naquela época, o MBL havia optado por popularizar seus discursos e criar polêmicas moralistas. Mais tarde, o grupo admitiu que isso teria ajudado a difundir o nome do então candidato do PSL, Jair Bolsonaro, em diferentes campos da direita – fossem eles essencialmente conservadores ou liberais. A terceira fase de atuação do grupo se daria ao longo do ano de 2019, quando o MBL realizou uma autocrítica e reconheceu o papel fundamental que exerceu para a viabilização da eleição de Bolsonaro. O grupo romperia posteriormente com o presidente Jair Bolsonaro, mas o moralismo permaneceu na essência dos discursos do movimento.

4 PLATAFORMAS NARRATIVAS: “NÃO VAI TER GOLPE” E “COMO UM GRUPO DE DESAJUSTADOS DERRUBOU A PRESIDENTE”

No ano de 2019, o Movimento Brasil Livre lançou duas plataformas narrativas acerca dos acontecimentos que rondavam o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, com destaque para o sentimento de ódio ao Partido dos Trabalhadores (PT). Trata-se do documentário *Não vai ter Golpe! O nascimento de uma nação livre* e da biografia *Como um grupo de desajustados derrubou a presidente: MBL: A origem*. Ambos foram produzidos pelo próprio movimento, especialmente pelos membros Frederico Rauh e Alexandre Santos, que assinam a direção do documentário, e Kim Kataguiri e Renan Santos, os autores da biografia. Nessas duas produções, é possível perceber a interpretação do grupo sobre todo o processo que resultou na queda de Dilma, a história e formação do movimento e o que ele representaria para a política brasileira, principalmente ao colocar-se como protagonista inserido em um local de disputa de narrativas em relação a outros atores políticos, especialmente da esquerda.

A disputa narrativa em questão se deu entre os que defendiam o *impeachment* e aqueles que preferiram chamá-lo de golpe. Para o MBL, a defesa do *impeachment* não tem relação com a postura ideológica do cidadão brasileiro. O argumento, aqui, é o de que o processo contra Dilma resulta das falhas dos governos do PT nos anos de comando na gestão e nos supostos crimes de responsabilidade fiscal que teriam sido cometidos por Dilma. Já aqueles que perceberam um golpe contra o governo petista têm uma percepção de que houve uma aliança entre oposição, imprensa e poderes Legislativo e Judiciário para a derrubada da então presidente, sem que houvesse embasamento jurídico para tal: “A presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras” (JINKINGS, 2016, p.14).

4.1 A autobiografia do movimento

O livro *Como um grupo de desajustados derrubou a presidente: MBL: A origem* foi publicado no dia 11 de novembro de 2019. Durante o mês de lançamento nas livrarias do país, o grupo realizou uma série de palestras gratuitas e sessões de autógrafa em grandes cidades como Porto Alegre, Curitiba, Recife e Rio de Janeiro. É possível identificar o objetivo primeiro do grupo: produzir um livro para contar a história de formação do movimento e de seus

principais integrantes – num tom mais íntimo e pessoal – e trabalhar uma retrospectiva da história recente da política brasileira, desde as manifestações de junho de 2013 até o *impeachment* da presidente, de maneira a expor a visão do grupo sobre os fatos. É possível observar que o movimento se identifica como um dos importantes protagonistas do processo de queda da então presidente Dilma Rousseff, além de agente transformador da política brasileira através das redes sociais. Na obra, os autores chegam a afirmar que o *impeachment* não teria ocorrido sem as mobilizações que o grupo realizou.

O livro é dividido em 13 capítulos, intercalados entre a escrita de Kim e Renan. Os quatro primeiros capítulos foram reservados para contar os passos iniciais do movimento, fazendo uma retrospectiva da história de vida dos autores e da vontade que cada um tinha de fazer algo pela política, especialmente em defesa da liberdade econômica. Renan, por exemplo, conta sobre sua atuação fracassada na empresa da família e na política estudantil, mas destaca o entusiasmo que marcou sua atuação nas manifestações de junho de 2013. Também conhecidas como *Jornadas de Junho*, essas manifestações foram iniciadas em decorrência dos protestos realizados pelo *Movimento Passe Livre*, contra o aumento da tarifa de transporte público – o que acabou se somando a outras reivindicações no âmbito da gestão pública. Diversas pautas foram incorporadas à mobilização massiva de pessoas da esquerda, inclusive a radical, e de pessoas de direita, que também tomaram as ruas, já que, embora fossem desfavoráveis à tarifa zero, apoiavam a ideia de soluções do livre mercado para os problemas do transporte coletivo. Renan enxergou nas manifestações uma nova possibilidade de expandir o liberalismo.

Nos capítulos seguintes, os autores abordam as mobilizações realizadas pelo movimento e seus bastidores e o avanço do *impeachment*. Kim e Renan fazem questão de afirmar que o MBL contava com poucos recursos financeiros para a realização dos atos. Explicam que receberam doações de amigos e simpatizantes, negando que tenham pedido dinheiro a partidos políticos. Em alguns dos atos, contavam com alguma performance musical, principalmente *rock*, para fugir das “velhas palestras estilo gravata-borboleta” (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.117). Além das mobilizações a favor do *impeachment*, o movimento também se esforçou para abrir um diálogo com Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados. Outra ação importante, segundo eles, foi a realização de uma série de ataques a Aécio Neves, através das redes sociais, como forma de questionar a fraca atuação do PSDB como oposição ao governo petista e pressionar a aceleração do processo.

Nesse percurso, o MBL angariou aliados, alguns de maior peso que outros – como é o caso das bancadas ruralista e evangélica. No penúltimo capítulo, *Batalha Final*, por exemplo, Kataguiiri explica como eles conseguiram ajuda da bancada ruralista através da disponibilização de computadores da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que, além desses equipamentos, disponibilizou um espaço na agência para que os integrantes do movimento pudessem trabalhar. Neste caso, em específico, essa ajuda possibilitou a produção acelerada de materiais como memes, panfletos e cartazes, publicados pelo grupo nas redes sociais para pressionar parlamentares “indecisos” em relação à votação do *impeachment*. Já no último capítulo, *Ressaca de Rodoviária*, Renan não se atém ao futuro do movimento, mas, sim, aos festejos pela aprovação do *impeachment* e à importância de sua própria atuação na política brasileira.

MBL: A origem não foi o primeiro livro escrito por Kim Kataguiiri. O coordenador do movimento também é autor de *Quem é esse moleque para estar na Folha?* (2017), título que faz referência a uma matéria escrita pela *ombudsman* do jornal *Folha de S. Paulo* Vera Guimarães Martins, em 2016, na qual a jornalista rebate as críticas dos leitores que não gostaram da inclusão de Kataguiiri na lista dos colunistas do jornal³³. Neste livro, Kataguiiri faz um compilado das colunas que escreveu e deixa evidente que, ali, encontrava-se em um local de disputa de narrativas no qual enfrentava a própria *Folha* e a imprensa em geral. É possível afirmar, não apenas através desse livro, mas especialmente na biografia do MBL, que o movimento se identifica à margem do sistema político estabelecido (*o establishment*).

Negando ligações com a velha e a convencional política na maior parte de sua atuação, o MBL tenta projetar sua imagem como um grupo de *outsiders* e jovens desajustados sem muito poder político, mas com grande apoio nas redes, para legitimar com facilidade o *impeachment* de Dilma. Pretendem revolucionar o cenário brasileiro e desdenham de todos os grupos e movimentos que defendem outras formas de lutas sociais no Brasil, principalmente aquelas que negam o capitalismo como um sistema político, econômico e social razoável. O lançamento de um livro que conta a história do movimento e de sua visão da política nacional recente evidencia o desejo do grupo de controlar a narrativa do *impeachment* por não se identificar com qualquer outra narrativa que não seja aquela contada pelos seus próprios membros.

³³ Kim Kataguiiri permaneceu no time de colunistas da *Folha* apenas por um ano, na versão online, contabilizando 58 colunas publicadas durante janeiro de 2016 e março de 2017. Nas colunas, Kataguiiri escrevia sobre a política brasileira e polemizava com figuras conhecidas da esquerda, como Guilherme Boulos e Vladimir Safatle.

4.2 O documentário do movimento

Lançado em 5 de setembro de 2019, o filme do MBL *Não Vai Ter Golpe! O nascimento de uma nação livre* tem duas horas e catorze minutos de duração e foi assinado pela MBL Filmes³⁴. Como já mencionado aqui, a direção e roteirização são de Alexandre Santos e Frederico Rauh, com produção de Gabriel Calamari, que também participou da formação do movimento. O filme foi divulgado como resposta ao documentário da antropóloga e cineasta Petra Costa, intitulado *Democracia em Vertigem* (2019)³⁵, que reflete a percepção dos segmentos mais progressistas sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff. Foram vários os anúncios de divulgação do documentário do MBL baseados nesse antagonismo com o filme de Petra, o que novamente revela a disputa de narrativas na qual o grupo se insere (ver Figura 1). O filme do MBL está disponível nas plataformas *online Google Play, iTunes e NOW* para compra ou aluguel, bem como na loja virtual do movimento, disponível em *pendrives*. O movimento fez questão de negar o uso de verbas de incentivo ao cinema, garantindo o caráter de produção independente e autônoma.

³⁴ Alexandre Santos é proprietário de uma companhia de audiovisual própria, a NCE Filmes, vinculada ao movimento. Com o documentário, é possível perceber uma separação entre a companhia de Alexandre e a MBL Filmes, cuja logo está presente na introdução do filme.

³⁵ O filme *Democracia em Vertigem* foi lançado em 19 de junho de 2019 na plataforma de *streaming* Netflix e chegou a ser indicado ao Oscar 2020 na categoria de melhor documentário de longa-metragem. Os acontecimentos conjunturais da política brasileira e o processo de *impeachment* de 2016 são narrados pela própria Petra, que mescla sua história pessoal com a história da democracia brasileira após o golpe político-militar de 1964 e o período de 21 anos de ditadura que o sucedeu.



Ilustração 1: Divulgação do filme do MBL em cartaz.
Fonte: Página do Facebook do MBL (21 de set. 2019).

O filme se apresenta como versão menos detalhada da biografia *MBL: A origem*, ainda que ambos trabalhem a partir de uma cronologia dos fatos que marcaram o cenário político brasileiro desde 2013. No total, 30 pessoas³⁶ são entrevistadas no documentário – nove delas creditadas como membros do próprio MBL. As cenas de entrevista são alternadas com imagens captadas pelo movimento. É possível afirmar que a escolha dos entrevistados, majoritariamente alinhados à lógica liberal, foi uma forma de legitimar e reconhecer as ações políticas do movimento, especialmente porque todos os relatos destacam a importância da atuação do MBL durante os últimos anos.

O documentário é iniciado com uma mensagem por escrito atribuída a Winston Churchill, político britânico que, por duas vezes, foi primeiro-ministro do Reino Unido: “A

³⁶ Na ordem de aparição: Paulo Eduardo Martins (deputado federal - PSC/PR); Renan Santos (fundador do MBL); Pedro D’Eyrot (fundador do MBL); Marcello Reis (líder do Revoltados Online); Rafael Rizzo (fundador do MBL); Alexandre Borges (cientista político); Adelaide de Oliveira (coordenadora do Vem Pra Rua); Hélio Beltrão (economista); Carlos Sampaio (deputado federal - PSDB/SP); Rogério Rosso (ex-deputado federal - PSD/DF); Dr. Ives Gandra (jurista); Rodrigo Constantino (economista); Alexandre Santos (fundador do MBL); Fernando Holiday (coordenador do MBL); Rubinho Nunes (fundador do MBL); Fred Rauh (fundador do MBL); Ian “Ministro” Garcez (coordenador nacional do MBL); Luiz Felipe Pondé (filósofo); Ronaldo Caiado (governador - GO); Bruno Araújo (deputado federal - PSDB/PE); Amanda Alves (membro do Vem Pra Rua); Darcísio Perondi (deputado federal - MDB/RS); Hélio Bicudo (fundador do PT); Janaína Paschoal (jurista); Carlos Andreazza (jornalista); Mendonça Filho (ex-ministro da educação); Jerônimo Goergen (deputado federal - PP/RS); Sóstenes Cavalcante (deputado federal - DEM/RJ); Paulo Filippus (ativista do MBL).

história será gentil comigo, já que eu pretendo escrevê-la”³⁷. Antes dos créditos e do título do filme, é apresentada uma linha temporal de acontecimentos relacionados ao Executivo brasileiro que se inicia em 2002, com a chegada de Lula à Presidência da República, e termina em 2010, com a candidatura de Dilma Rousseff para o cargo. Neste momento, há uma tentativa de relacionar a gestão do PT no Executivo a uma suposta tentativa, por parte das forças de esquerda, de implantar o comunismo no Brasil. Logo em seguida, é apresentado um material com imagens de bastidores – imagens mais pessoais e íntimas – de Alexandre e Renan, com o intuito de contar a história de vida dos dois. Há um corte dramático para o pronunciamento de Dilma no dia de sua eleição e das manifestações organizadas pelo MBL em razão da vitória da então presidente petista. Essa sequência compõe o primeiro capítulo do filme, intitulado *O chamado*. Nele, a Operação Lava Jato é colocada em evidência como uma das principais influências para a retirada de Dilma da presidência.

No segundo capítulo do filme, o *Contágio*, o *impeachment* aparece como pauta real com embasamento jurídico – o que, segundo o grupo, justifica a realização do primeiro grande ato do movimento. Logo são apresentadas imagens de integrantes e simpatizantes do MBL colando lambe-lambes³⁸ pela cidade de São Paulo, da repercussão na mídia e dos discursos feitos por membros do movimento em cima de caminhões estacionados na Avenida Paulista. *Furação Holiday* é a primeira cena que sai da linearidade narrativa do documentário. Em um cenário completamente branco, Renan e Pedro apresentam Fernando Holiday, eleito vereador de São Paulo em 2016, como o maior orador de sua geração e expõem o fato de este nome – *Holiday* – ter sido uma escolha do próprio movimento. O real sobrenome de Fernando é *Silva Bispo*.

No capítulo 3, *A Marcha*, são apresentadas imagens de integrantes do movimento, e também de outros colaboradores, em uma caminhada de São Paulo até Brasília, como forma de pressionar Eduardo Cunha a dar início ao processo de impedimento. O ato simbólico contou com diversas pessoas de distintos lugares, o que oportunizou a exibição de pequenas cenas de pessoas contando de onde vinham. Importante lembrar que esse episódio contribuiu

³⁷ Em outros momentos, o MBL reconhece Churchill como o maior homem do século passado por sua influência no liberalismo mundial, o que justifica a escolha da mensagem como introdução do filme. Winston Churchill foi o primeiro-ministro da Inglaterra durante 1940 a 1945 e entre 1951 e 1955, e um dos símbolos do liberalismo inglês. A frase citada é uma das mais famosas do líder, que escrevia seus próprios discursos. Churchill ficou conhecido por ter conduzido a Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial contra o governo alemão nazi-fascista. No entanto, durante o regime de Benito Mussolini na Itália, em 1922, o líder inglês reconheceu sua admiração por este ditador que, segundo ele, teria conduzido e salvado o país contra o perigo comunista (LOSURDO, 2017).

³⁸ Cartazes de conteúdo político ou artístico realizados artesanalmente, normalmente colados em locais públicos. Neste caso em específico, os lambe-lambes cumpriam o papel de convocar a população de São Paulo para o ato do dia 15 de março de 2015.

decisivamente para que o MBL ganhasse notoriedade e, por isso, uma das mais importantes cenas do filme é o encontro de Kataguirí, Renan e Rubinho com Eduardo Cunha na Câmara, para a entrega do pedido de *impeachment* produzido pelo grupo.

O capítulo 4, *Alea Jacta Est*, frase em latim que significa *A sorte está lançada*, apresenta especialmente o apoio de Hélio Bicudo à saída de Dilma do governo. O fato de Bicudo representar a *esquerda democrática*, segundo o movimento, oferece ao grupo a narrativa perfeita para afirmar que o *impeachment* pode ser facilmente apoiado por qualquer brasileiro, independentemente de sua ideologia. A aliança entre movimento liberal e Bicudo é um dos pontos centrais deste capítulo, que tem o título inspirado em uma das falas dele em coletiva de imprensa realizada com Janaína Paschoal, autora do pedido.

O que se segue, no capítulo 5, *O Acampamento*, é a demonstração do crescimento do MBL. O grupo monta barracas no gramado do Congresso Nacional, autorizado por Cunha, e conta com diferentes ativistas e apoiadores vindos de diferentes regiões do país. Para compor a narrativa de disputa, são apresentados confrontos com o Movimento Sem Terra, parlamentares do Congresso e a TV Globo.

O capítulo 6, *O Troco*, demonstra a tentativa do movimento de reacender as chamas em torno do *impeachment*. O momento narrado mostra que o processo parecia parado nas mãos de Eduardo Cunha, o que teria feito com que o grupo elaborasse a campanha *Esse impeachment é meu*, na tentativa de desvincular a ligação que a imprensa fazia, na ocasião, entre o então presidente da Câmara e o processo de impedimento: “A imprensa fala que o *impeachment* é do Eduardo Cunha. Esse *impeachment* é seu ou do Eduardo Cunha? Esse *impeachment* é meu, é seu e de todo mundo”, frase dita por Renan Santos em 1h28min do filme, ovacionado em cima de um palco que compunha um dos diversos cenários proporcionados pelas manifestações de rua promovidas pelo grupo.

O capítulo 7, *O Cume*, exibe a organização do comitê pró-*impeachment*, comandada, teoricamente, por Renan. Esse comitê consiste, basicamente, em um grupo de pessoas que articula ações para garantir a admissibilidade do processo de *impeachment* por meio de votação no Plenário da Câmara. Já o capítulo 8, *Operação Minerva*, mostra a atuação dessa comissão pró-*impeachment*, responsável por pressionar parlamentares indecisos em relação à votação do impedimento.

Por sua vez, o último capítulo, *O Parto*, apresenta os resultados de todas as atividades demonstradas nos capítulos anteriores, com cenas que acompanham os votos dos parlamentares na Câmara – alguns a favor e outros contra. Paralelamente, aparecem imagens de manifestantes em atos da esquerda e da direita, narradas em formato estilo Copa do Mundo, com cada time incentivado por sua respectiva torcida. A culminação é a aprovação do *impeachment*, finalmente.

O MBL lança mão de uma interpretação bastante singular da história recente do Brasil, de forma a legitimar seu projeto político e a disputa narrativa. No final da biografia *MBL: A origem*, o grupo conta que a escolha do título do filme foi inspirada em uma pichação situada próximo ao Congresso Nacional, onde se lia, exatamente, *Não Vai Ter Golpe*.

Era essa a mensagem redigida por algum rebelde governista na noite anterior [à votação de *impeachment*]. (...) “Não vai ter golpe” era o lema entoado por nossos adversários. A forma por meio da qual denunciavam o processo de impeachment, tentando vendê-lo como quebra da ordem institucional e ligá-lo a uma tradição de rupturas. Tratar aquela conquista da sociedade como golpe era risível, desrespeitoso para com um país que se insurgira, mas servia como ladainha para guiar a esquerda pelo deserto (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p. 356-357).

O fato é que, ao desacreditar a narrativa do golpe parlamentar, o MBL precisou de outra narrativa que fosse capaz de demonstrar sua própria visão. Para isso, o grupo investiu tempo se opondo a filmes de esquerda. Como mencionado anteriormente, o documentário *Democracia em Vertigem* foi um dos produtos contestados, mas não o único. Nas redes sociais, o grupo também expôs críticas principalmente a outros dois filmes, *Aquarius* (2016) e *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*³⁹. Em 2016, autores do filme *Aquarius* realizaram um protesto portando cartazes durante o 69º Festival de Cannes, como forma de denunciar um golpe parlamentar contra Dilma Rousseff no Brasil. Em 2019, o diretor de *Marighella*, Wagner Moura, também realizou um protesto, só que no 69º Festival de Berlim. O diretor levantou uma placa com o nome da vereadora Marielle Franco, assassinada em março de 2018 – um crime que, segundo a investigação policial, envolve grupos de estreita relação com a família

³⁹ *Aquarius* é um filme do diretor Kleber Mendonça Filho, lançado em 1 de setembro de 2016. Nele, é contada a história de uma jornalista aposentada que rejeita vender seu apartamento para uma empresa que quer transformar o local para algum tipo de empreendedorismo. *Marighella* é um filme dirigido por Wagner Moura, que teve sua data de lançamento adiada diversas vezes. Nele, será contada a história do escritor e político comunista baiano Carlos Marighella, com destaque para sua dedicação na luta armada como forma de resistência ao regime militar no Brasil.

Bolsonaro e segmentos da extrema direita⁴⁰. Renan chega a dizer, em um vídeo⁴¹, que Wagner Moura tornou-se um *psolista maluco* nos últimos anos, até realizar um filme sobre um personagem guerrilheiro. É possível observar que o ativista do MBL não faz necessariamente uma crítica direta ao conteúdo dos filmes, principalmente no caso de *Aquarius*, mas sim ao posicionamento político de suas equipes em relação ao *impeachment* de Dilma.

Fato é que tanto o livro quanto o filme estão marcados por estratégias narrativas que pretendem legitimar a visão do MBL sobre o cenário político brasileiro e seus efeitos. Para investigar essas estratégias, elaborou-se, na seção seguinte, um exercício analítico a partir da confecção de um quadro que permita um exame mais apurado dos termos mais utilizados pelos membros, seu local principal de veiculação (bem como a data de disseminação do material), o contexto nacional, o significado político de cada termo e sua intenção de uso e a imagem que, desta forma, o MBL constrói de si mesmo.

4.3 – Estratégias narrativas em livro e filme

O cinema documental, na concepção de Jorge (2010), é intencionalmente uma análise da representação da vida social, capaz de registrar os antagonismos, embates e conflitos entre os atores sociais que fazem parte de um momento específico da história. “Sabe-se que toda obra audiovisual de caráter documental contém, desde o seu enunciado, a intenção de mostrar alguma realidade e que, obviamente, conjuga a ideologia do autor e alguma proposta formal para representar essa realidade” (JORGE, 2010, p. 3). No caso do *Não vai ter golpe!*, para que o MBL mostrasse sua visão de mundo como observador daquela realidade, foram utilizadas entrevistas com *especialistas* e com os próprios membros do movimento, de maneira a dar a impressão de um distanciamento do objeto observado – neste caso, todo o processo de *impeachment*.

A biografia do MBL pode ser entendida como um exemplo de escrita da história e, assim, representa apenas uma das variadas perspectivas sobre essa história. Segundo Avelar (2010), a narrativa biográfica é influenciada por subjetividades, afetos, modos de ver e sentir o

⁴⁰ Mais detalhes sobre as investigações podem ser acessados em reportagem de 2019, da Revista Piauí/Folha de S. Paulo, disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/comeco-para-uma-historia-sem-fim/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

⁴¹ Ver: Filme do Marighella x Série de Trotski. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Orp7EeIRJJU>>. Acesso em: 05 de nov. 2020.

outro. “Talvez este seja o grande desafio do trabalho biográfico: ao falar do seu personagem, o biógrafo, de certa forma, fala de si mesmo, projeta algo de suas emoções, de seus próprios valores e necessidades” (BORGES *apud* AVELAR, 2010, p. 166). Ao escrever sua interpretação de determinada época, o grupo faz da biografia mais um de seus instrumentos legitimadores dos projetos e pensamentos liberais que defende. Essa escrita representa a versão do MBL sobre fatos que envolveram o *impeachment* – e, principalmente, a partir de uma perspectiva de vencedores, na tentativa de convencer o público de que o processo não teria ocorrido sem a atuação de seus membros e de que, afinal, o MBL é quem detém a versão verídica da história.

Abaixo, é possível observar um quadro resultante da análise do discurso empreendida aqui. Os nove termos elencados para sua construção foram selecionados a partir das nove palavras que, no discurso midiático trabalhado pelo MBL sobre si mesmo, ganharam novo sentido em momentos específicos. Foram observados o local de veiculação, o contexto nacional no qual cada termo foi utilizado, a respectiva ressignificação política e a intenção no uso do termo, bem como a imagem construída sobre o próprio grupo. A organização desses dados pode contribuir para melhor compreensão sobre as escolhas textuais feitas pelos líderes do movimento.

Termo	Local de veiculação	Contexto	Ressignificação política	Intenção no uso do termo	Imagem construída
Populista	Filme	Recebimento de Eduardo Cunha do primeiro pedido de <i>impeachment</i> .	Crítica a líderes carismáticos.	Ironia em relação a discursos que contém um sentido político “apaixonado”.	Democráticos
Militantes	Filme	Reeleição de Dilma Rousseff e as consequentes manifestações desfavoráveis ao resultado das urnas.	Crítica aos jornalistas da Folha de S. Paulo.	Ataque à imprensa.	Republicanos
Ativismo	Filme	Recebimento de Eduardo Cunha do primeiro pedido de <i>impeachment</i> .	Termo utilizado para denominar atuação de movimentos de direita.	Alarde sobre experiências vividas por movimentos de direita nos últimos anos.	Defensores pragmáticos
Petralhada	Livro	Avanço do <i>impeachment</i> e divulgação dos votos favoráveis e contrários dos deputados sobre o processo.	Oposição àqueles que tentavam convencer deputados e população sobre o golpe que ocorreria.	Ataque a membros ou pessoas simpáticas ao Partido dos Trabalhadores.	Democráticos
Isentão	Livro	Primeiras divulgações feitas pela mídia sobre a possibilidade do <i>impeachment</i> .	Desaprovação aos deputados indecisos sobre a votação do <i>impeachment</i> .	Ironia em relação a quem não se manifesta publicamente sobre algo que está sendo muito discutido.	Posicionamento claro
Vermelhos	Livro	Posse recente do segundo mandato de Dilma Rousseff e realização de protestos do Movimento Passe Livre em São Paulo contra o aumento de tarifa das passagens de ônibus.	Crítica a manifestantes do Movimento Passe Livre.	Ataque a pessoas pertencentes ao espectro da esquerda.	Republicanos
Vitimista	Livro	Aumento da discussão sobre as cotas, principalmente as raciais, que integram sistema de inclusão nas universidades.	Crítica à narrativa favorável a política de cotas raciais.	Oposição aos defensores de cotas raciais em universidades.	Igualitários
Dilmetes	Livro	Semana que antecede a votação pelo <i>impeachment</i> de Dilma na Câmara e organização de manifestações para ocorrerem no dia.	Apelido dado a pessoas que se manifestaram contra o <i>impeachment</i> .	Ironia em relação a pessoas simpáticas à figura de Dilma.	Imparciais
Totalitário	Livro	Aprovação do <i>impeachment</i> pela Câmara.	Crítica ao projeto político desenvolvido pelos governos do PT.	Ataque a sistemas políticos totalitários.	Democráticos

Tabela 1: Quadro analítico
Fonte: Elaboração do autor

Os termos acima, retirados do documentário *Não vai ter golpe! O nascimento de uma nação livre* (2019) e do livro *MBL: A Origem: Como um grupo de desajustados derrubaram a presidente* (2019), foram selecionados obedecendo à concepção de Orlandi (1998) acerca da análise discursiva fundada na interpretação dos sentidos a partir de recortes específicos. A análise discursiva parte de uma investigação dos sentidos de um discurso, dando importância às relações intrínsecas a ele, e não meramente às palavras que o constituem. O sentido de um discurso, portanto, é produzido, principalmente, a partir das posições ideológicas, das condições de produção, do processo sócio histórico contínuo e de seus efeitos de sentido presentes no momento em que ele é anunciado.

Partindo do pressuposto de que um sujeito se pronuncia a partir de determinadas posições, marcadas pela produção e por sua memória, a análise de discurso é o método adequado para pensar o sujeito como um ser dotado de ideologia: “Tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade, etc.” (ORLANDI, 1998, p.17). Nessa perspectiva, interessa, aqui, analisar a ação de falar, e não a fala em si, que é desprovida de sentido por depender de um sujeito que a interprete.

Nesse ponto, as perspectivas foucaultianas para a análise do discurso também devem ser levadas em conta. Para o autor, o discurso é uma prática social, historicamente determinada por sujeitos sociais que produzem as noções, os conceitos e os temas de um momento histórico (FOUCAULT *apud* GREGOLIN, 2007). Fairclough (*apud* RAMALHO; MAIA, 2018), ao retomar as concepções de Foucault acerca do discurso como prática social, propõe considerar o uso da linguagem não apenas como reflexo de variáveis situacionais, mas também como atuante ativo sobre o mundo e as pessoas.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas, convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH *apud* RAMALHO; MAIA, 2018, p.191-192).

Para o autor, o discurso é um modo de ação e representação, constitutivo e constituinte de sujeitos, objetos e realidades. Porém, essas práticas são moldadas de forma inconsciente, ou seja, nem sempre os sujeitos emissores têm consciência do resultado e efeito de suas práticas, visto que a produção de sentido é realizada através de estruturas sociais, relações de poder e da

natureza da prática discursiva. Por isso que a análise de discurso considera o não-dito, as estruturas inconclusas de um discurso. Nessa perspectiva, o autor define três dimensões da análise de discurso: o texto, que abarca as escolhas de palavras utilizadas; a prática discursiva, que abarca as estratégias e, conseqüentemente, as relações de poder inseridas em um discurso; e a prática social, que abarca o resultado da influência daquele discurso em um contexto histórico, político e social (FAIRCLOUGH *apud* RAMALHO; MAIA, 2018).

É fato que não há sujeito sem ideologia, ou seja, o indivíduo se produz e se reconhece em outras produções de sentido a partir de suas posições e visões. A noção de ideologia pode ser entendida como “significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH *apud* RAMALHO; MAIA, 2018, p. 192).

Ligado ao conceito de ideologia, está o de hegemonia, formulada por Antônio Gramsci e retomado por Fairclough (*apud* RAMALHO; MAIA, 2018) para demonstrar que esse tipo de dominação, a discursiva, implica um equilíbrio das relações sociais, e não meramente uma coação unilateral sobre os indivíduos que se quer convencer. A dominação, quer dizer, pode ser compreendida como constituída de disputas por liderança moral, intelectual ou política e nunca dada como irrefutável.

Levando em consideração esses aspectos, ainda que a hegemonia implique uma forma de poder sobre os sujeitos a partir da dominação de seus modos de pensar e que os detentores deste poder tenham a tarefa de obter o consentimento dos dominados à dominação continuamente (RAMALHO; RESENDE, 2011), não se pode desconsiderar a possibilidade da existência de sujeitos engajados que tentem transformar a realidade que os subjugam e construir uma nova hegemonia. Com base nisso, verifica-se que o MBL pode ser um objeto de análise que reflita a luta por hegemonia moral e política.

Segundo Ramalho e Maia (2018), a guerra pela hegemonia do discurso tem ocorrido mais intensamente em decorrência da massificação das novas tecnologias de informação e comunicação, as chamadas TICs. Com as novas ferramentas de comunicação, a construção do discurso é realizada dentro de uma nova dinâmica. Nela, são viabilizadas diferentes aplicações e maior autonomia no alcance do conteúdo produzido por um determinado grupo social, dado

principalmente por conta do estreitamento da distância entre os sujeitos inseridos no espaço das TICs e, conseqüentemente, maior engajamento por parte delas (RAMALHO; MAIA, 2018).

Há que se considerar, ainda, que o desenvolvimento do fenômeno da midiatização possibilita a aparição de novos produtores de conteúdo que compartilham seus discursos e fazem valer suas realidades para disputar um espaço com os meios de comunicação tradicionais, principalmente aqueles socialmente legitimados – caso da imprensa tradicional. “Vivemos em um momento de mudança social em meio aos interregnos relativos aos modos de se comunicar e participar politicamente sob a prevalência da midiatização e das TICs” (RAMALHO; MAIA, 2018, p. 196).

A análise do discurso demonstra que as representações de mundo são atreladas às identidades dos sujeitos reveladas no momento discursivo. Ao produzirem e publicarem suas visões acerca do *impeachment*, o MBL queria legitimar e fortalecer uma ação de “interesse público”, mas deixava transparecer, com suas escolhas discursivas, seus próprios projetos particulares.

Como primeiro passo para essa análise, foram coletadas palavras mencionadas pelos próprios membros do MBL, compreendidas como expressões carregadas de significados específicos e normalmente já utilizadas no debate político como marca de oralidade da direita. Dessas expressões, foram selecionadas nove, entendidas como as mais importantes para a análise proposta. As palavras foram distribuídas ao longo da primeira coluna categorizada como *Termos*. A segunda coluna, *Local de veiculação*, indica o produto de onde se extraiu cada termo (filme/livro). A terceira coluna, *Contexto*, apresenta as circunstâncias políticas em que as expressões se inserem. A quarta coluna, *Ressignificação política*, indica os novos sentidos atribuídos pelo MBL no exercício de construção da sua própria narrativa. A quinta coluna, *Intenção do uso do termo*, apresenta o tom utilizado no discurso, definindo uma intenção particular. A sexta e última coluna, *Imagem construída*, explica como o grupo gostaria de ser visto a partir do uso dos termos elencados

Um olhar mais alongado sobre o quadro mostra, por exemplo, que a palavra *Populista* é normalmente utilizada pelos membros do MBL em tom de crítica, tanto em relação a Lula e Dilma como em relação à figura de Bolsonaro. Importante salientar que, para o grupo, o *populismo*, nesses dois casos, nivela os personagens, que passam a não apresentar qualquer distinção entre si. No caso do filme, essa palavra foi utilizada em tom de ironia no momento

em que Fernando Holiday diz a seguinte frase, olhando para a câmera: “A força do povo sempre vence”. Na sequência, é Kim Kataguirí quem diz, descontraidamente: “Nossa, que cara populista!”. Esse diálogo ocorreu no momento em que o grupo realizava a marcha para Brasília, entendida como um grande ato capaz de possibilitar o *impeachment*. Quando Holiday faz referência à força do povo, que marcha à Brasília, e ela é interpretada como uma “frase populista”, um novo significado é dado ao termo. A partir desse momento, o “populismo” – que, no campo da Ciência Política, remete às ideias e práticas voltadas para as classes menos favorecidas – passa a significar toda luta popular e civil como prática necessária a todos os cidadãos brasileiros, independentemente dos posicionamentos ideológicos, da renda ou do tipo de aspiração política envolvidos. Em especial no caso aqui analisado, o *populismo* é entendido também como algo movido pela paixão, pelo desejo de trabalhar a política de maneira a empoderar o “povo”.

Outro termo, *Militantes*, foi utilizado por Rafael Rizzo em referência aos jornalistas da *Folha de S. Paulo* e *Estadão* responsáveis pela cobertura de uma das principais manifestações do movimento em 2015. O MBL acusa a imprensa de ter publicado um número menor do que o número real de pessoas presentes ao ato e isso (essa suposta redução) foi, para eles, uma tentativa de deslegitimar o movimento. É interessante notar que, na perspectiva do MBL, a palavra *militantes* faz referência a pessoas mais voltadas ao espectro da esquerda, enquanto a palavra *ativista* pode ser utilizada para pessoas do campo da direita, inclusive para as pessoas do próprio movimento.

É que o termo *Ativismo* é utilizado justamente para se referir ao trabalho coletivo do grupo. Esse é o único termo que, no filme, não foi utilizado pelo MBL, mas por Marcelo Reis, fundador do *Vem Pra Rua*, outro movimento social de direita que lutava pelo *impeachment* de Dilma. A palavra *militante* define, nos dicionários de língua portuguesa, aquele sujeito que milita, luta ou combate e, por isso, é frequentemente atribuída a pessoas engajadas em movimentos operários e populares, em geral envolvendo ações destinadas a transformações das estruturas sociais. Já a palavra *ativista*, que nos dicionários define aquele que se envolve em atividades políticas, dentro ou fora do sistema governamental, é um termo mais recente e faz referência àquele que está minimamente engajado em alguma causa. Para melhor compreensão, neste ponto, vale retomar a análise histórica de Modonesi (2016), que distingue os termos “militante” e “ativista”. A literatura registra que os *militantes* são figuras políticas que exerceram suas lutas sociais contemplados pela teoria marxista, principalmente a partir do século XIX até os anos 1970. Mais recentemente, os *ativistas* surgem como figuras relacionadas

a demandas identitárias e de reconhecimento, principalmente a partir da proliferação das Organizações Não-Governamentais, as ONGs, nos anos de 1990. É a figura do *ativista* que marca as novas ondas de mobilização dos indignados com a política (com seus desmandos, sua ineficiência) em meio ao avanço das novas tecnologias de comunicação na última década (MODENESI, 2016). O “militante integral” e o “ativista pontual” são termos utilizados pelo autor para identificar os distintos atores políticos, que também se diferenciam nas maneiras de fazer política. Organicamente, a figura do *militante* corresponde a algo próximo do movimento socialista com um projeto político mais ampliado, ao passo que a figura do *ativista* corresponde aos chamados novos movimentos sociais, com pautas mais pontuais, mais localizadas. Na prática, o que ocorre é uma substituição das lógicas organizacionais burocráticas e hierarquizantes da militância por formatos mais descentralizados e informais do ativismo. Parece haver, ainda, uma preferência pela flexibilização temática e tática do ativista à rigidez dos programas e projetos característicos da militância (MODONESI, 2016).

O terceiro termo, *Petralhada*, que, em sua origem, faz alusão direta a integrantes ou simpatizantes do PT, foi ressignificado, passando a englobar todo o espectro da esquerda. Ele foi utilizado por Kim Katagiri no livro em tom de ataque aos métodos políticos dos adversários do movimento na época em que os deputados ainda decidiam seus votos em relação ao *impeachment* de Dilma. Já o quarto termo, *Isentão*, é apropriado de maneira distinta. A expressão, muito utilizada para fazer referência àqueles que não possuem posicionamento claro em relação às decisões políticas, foi utilizada por Katagiri para qualificar todos os deputados que pensavam em faltar ou que ainda não haviam se posicionado para a votação que decidiria pelo afastamento ou não da então presidente da República.

Igualmente utilizada como qualificador de grupos situados no campo da esquerda, como *Petralhada*, a palavra *Vermelho*, quinto termo apontado no quadro de análise, associa a cor vermelha às bandeiras de partidos políticos que compartilham de ideias inspiradas pelo socialismo. A palavra também foi utilizada por Katagiri para se referir aos manifestantes do Movimento Passe Livre que quebraram vidraças de bancos e outras instituições em protesto contra o aumento da tarifa do transporte público. Outra palavra utilizada por Katagiri no livro é *Vitimista*. O termo está relacionado a um dos primeiros vídeos de Fernando Holiday produzido pelo grupo, no qual ele já se manifestava contra as cotas raciais em universidades como forma de inclusão de negros nas faculdades brasileiras. Na perspectiva de Katagiri – e de outros integrantes do movimento –, o fato de Holiday ser negro reforçava o caráter vitimista dos

discursos de outras pessoas negras que se dizem favoráveis às cotas raciais. É possível perceber que o grupo excluiu desse debate todas as conquistas históricas da população negra do país.

Outro termo presente na narrativa do MBL é *Dilmetes*, um termo pejorativo para se referir àqueles que são simpáticos ao governo do PT ou que foram contrários ao *impeachment* de Dilma. Neste caso específico, a palavra foi escrita por Kataguirí justamente para fazer referência à *torcida* de Dilma no dia da eleição da Câmara, quando se determinaria o seu afastamento. Segundo o MBL, torcer de modo favorável ao *impeachment* não significava necessariamente o antipetismo (ou qualquer outra postura partidária) ou, ainda, qualquer simpatia a figuras políticas que faziam oposição à Dilma. Na concepção do movimento, torcer para o *impeachment* evidenciava o apartidarismo do grupo, que via a retirada de Dilma como um caminho para a eliminação da corrupção – e não como ato de favorecimento a certos partidos, personagens ou ideologias mais à direita.

Por sua vez, o termo *Totalitário*, também utilizado por Kataguirí, aparece no final do livro e faz referência ao projeto político do PT nos últimos anos. Para ele, o totalitarismo representaria, nesse sentido, o Estado inchado, demasiadamente assistencialista em relação às demandas dos segmentos menos favorecidos da população. Posicionando-se como um grupo de ideias liberais, o MBL evidencia sua discordância em relação aos projetos econômicos e sociais do PT – um partido que, na concepção do movimento, é simpático a figuras históricas como Josef Stálin, que foi não só o primeiro-ministro da antiga União Soviética de 1941 a 1953, como secretário-geral do Partido Comunista, entre 1922 e 1952.

A análise do quadro como um todo reforça que há um esforço por parte do movimento de reforçar certos estereótipos e referências nem sempre adequadas em relação não apenas aos governos do PT, mas a todo o espectro da esquerda brasileira. É possível perceber que há mais termos reproduzidos por Kim Kataguirí do que qualquer outro membro do MBL. Dentre todos, Kim é um dos que se destacam em termos de oratória, disputando essa posição apenas com Fernando Holiday. As maneiras como os termos são utilizados são reveladoras da decisão do MBL de apostar na defesa de posturas moralistas e na disseminação de certos posicionamentos centrados, em especial, nas ideias de anticomunismo e antiesquerdismo. O artifício, aqui, é disseminar o ódio ao espectro da esquerda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo demonstrar as estratégias de comunicação fundadas no discurso do Movimento Brasil Livre a partir da leitura que o grupo faz de si mesmo em duas plataformas: no documentário *Não vai ter golpe (2019)* e na biografia intitulada *Como um grupo de desajustados derrubou a presidente: MBL: a origem (2019)*. Ambos foram produzidos em circunstâncias que envolviam o *impeachment* de Dilma Rousseff, votado e aprovado no ano de 2016. Com isso, a ideia era compreender, através da análise do discurso, a construção de certos sentidos nos discursos do grupo – em especial os de cunho ideológico. Foi possível perceber que há uma preponderância de táticas marcadas por concepções conservadoras, como as ideias que fundamentam os sentimentos antipetista, anticomunista e antiesquerdista – acionados como ferramentas para estimular e legitimar o ódio à esquerda de maneira geral, especialmente ao partido de Dilma e Lula, o PT, mas também aos movimentos sociais mais consolidados, como o estudantil e o operário.

Foi possível observar que certas estratégias comunicacionais podem ser efetivas dependendo do momento histórico que se atravessa. No cenário em que o MBL e outros movimentos de direita atuaram de maneira incisiva, fatores como a disputa eleitoral acirrada de 2014, os escândalos de corrupção altamente midiáticos – em especial por obra da Operação Lava Jato – e outros elementos históricos e estruturais que fomentaram o ódio à esquerda na América Latina na última década, tornaram-se combustível para as manifestações anti-Dilma nas ruas. Os grupos da nova direita propagaram um discurso de ódio que não se assume como tal, mas como a manifestação dos interesses (morais) da “família comum brasileira”.

Esse trabalho demonstra que as estratégias discursivas do MBL se inspiraram, na verdade, na intolerância, na incapacidade de enfrentar reais problemas políticos e no ódio ao “perigo vermelho”, que se reúnem como valores repressivos em uma sociedade governada pelo capitão Jair Messias Bolsonaro. Os discursos não revelaram apenas o desejo de despolitização e demonização da política, mas também estratégias eficientes para a eleição de deputados federais, estaduais e de senadores originários do próprio MBL. O grupo mostrou sua influência no campo político, principalmente a partir de estratégias comunicacionais que estimulavam afetos potentes como o ódio, a ironia e o desprezo. Esses sentimentos foram capazes de, em curto prazo, viabilizar o retorno de uma série de projetos neoliberais no país às custas da destruição de importantes políticas sociais. São projetos que deslegitimam lutas sociais antigas, como as que envolvem as questões indígenas e os trabalhadores rurais sem-terra, entre tantas

outras. Por trás de uma imagem de “liberdade de expressão” e uma linguagem “jovial” de internet, grupos como o MBL desqualificam o debate público por meio de um ataque ao “fantasma” da opressão comunista. Além disso, defendem o Estado mínimo, reduzindo os investimentos em setores essenciais como a educação e saúde, por exemplo.

No documentário do MBL, um *frame* chama a atenção. Em um dado momento, durante as preparações para a primeira grande manifestação anti-Dilma, membros do MBL saem às ruas para colar lambe-lambes convocatórios em postes das ruas de São Paulo. Algumas imagens captam os ativistas conversando com pessoas e incentivando a adesão à manifestação. Desde 2018, dizia-se que esses ativistas não deveriam ser levados a sério, principalmente por se tratarem de jovens que se ocupavam primordialmente com a produção de conteúdo no universo da internet. Porém, é certo que eles conseguiram grande adesão nas ruas e é certo que isso resulta, entre outras coisas, do domínio de técnicas de convencimento no universo online.

Vale ressaltar que os autores dos objetos aqui analisados permanecem em constante mudança. Como se mencionou no capítulo 3, a última fase do MBL foi a de autocrítica. Os integrantes do grupo reconheceram a influência que exerceram nos rumos políticos do país até as eleições de 2018. De lá para cá, é fato que o MBL perdeu a relevância que tinha, principalmente se comparado ao período do *impeachment*, um marco de sua atuação. Qual será o próximo evento que os fará populares novamente na internet? De quem conseguirão apoio político e quem eles apoiarão nas próximas eleições presidenciais?

Espera-se que essas reflexões possam contribuir para a construção de um pensamento crítico, político e reflexivo por parte da academia, da mídia e dos brasileiros acerca do poder de certos discursos sobre os regimes democráticos – que podem ser edificados ou destruídos a partir da disseminação de certas ideias. A análise realizada neste trabalho pode contribuir, além disso, para uma reflexão sobre os problemas enfrentados pelo país em decorrência do crescimento do neoliberalismo, e sobre os efeitos desse sentimento contínuo do antiesquerdismo – ou de ódio à esquerda. Trata-se de uma tarefa que demanda atenção aos passos de grupos como o MBL, e também às histórias que esses grupos constroem. É preciso observar, escutar, analisar e entender esses grupos, a fim de combater discursos e ações capazes de levar as sociedades a cenários obscuros, tristes e sombrios.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Jakson Ferreira de. **A Ditadura Continuada: Fatos, Factoides e Partidarismo da Imprensa na Eleição de Dilma Rousseff**. 1ª ed. São Paulo - SP: Paulus, 2012.

AMARAL, Marina. A nova roupa da direita. **A Pública**, 2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: 12 ago. de 2020.

ARALDI, Lucas; SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Rede Atlas, think tanks e a construção da liberalização econômica no Brasil: uma análise do Instituto Millenium e do Instituto Ludwig Von Mises Brasil. **Conexão: Comunicação e Cultura**. v. 18, p. 317-339, 2019. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/7591/4112>>. Acesso em: 25 set. 2020.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, n. 24, p. 157-172, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2528>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

AZEVEDO, Reinaldo. O espírito das ruas – Quem vai abreviar o mandato de Dilma Rousseff para o bem do Brasil. **Veja**, 28 mar. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-espírito-das-ruas-quem-vai-abreviar-o-mandato-de-dilma-rousseff-para-o-bem-do-brasil/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

BAGGIO, Kátia Gerab. Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. In: SOUZA, R.; PENZIM, A.; ALVES, C. (orgs.). **Democracia em crise: o Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017, p. 115-148.

BARCELOS, Gabriel. O conservadorismo moral como reinvenção da marca MBL. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2 nov. 2017. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-conservadorismo-moral-como-reinvencao-da-marca-mbl-2/>>. Acesso em: 25 out. 2020.

BORGES, Samuel Silva da Fonseca. Imagens da ideologia punitiva: uma análise de discurso crítica do Movimento Brasil Livre. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/35446>>. Acesso em: 30 set. 2020.

CARVALHO, Olavo. Direitista à força. Website oficial [online]. Publicado em 19 mai. 2014 no Diário do Comércio. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/direitista-a-forca/>>. Acesso em: 20 jun. 2020

_____. Do marxismo cultural. Website oficial [online]. Publicado em 08 jun. 2002 no Jornal O Globo. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/>>. Acesso em: 20 jun. 2020

_____. Saudade do Jornalismo. Website oficial [online]. Publicado em 23 abr. 2012 no Diário do Comércio. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/saudades-do-jornalismo/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CARVALHO, Thales Leonardo. **A "virada à esquerda" e as políticas de defesa e políticas externas relacionadas à segurança na América Latina**: um estudo comparativo de 16 mandatos presidenciais. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CORRÊA, Sofia. Entrevista: a ofensiva antigênero como política de Estado. **Conectas Direitos Humanos**, 7 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/ofensiva-antigenero-politica-estado>>. Acesso em: 20 jun. de 2020.

CORRÊA, Sonia; PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman Kuhar. A globalização das campanhas anti-gênero. **Sexuality Policy Watch**, 25 jun. 2018. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/a-globalizacao-das-campanhas-anti-genero/8513>>. Acesso em: 23 de jun. de 2020.

COUTINHO, Carlos. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEC, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política, na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 29-43.

D'EYROT, Pedro. Um dos fundadores e líderes do MBL também é cantor do Bonde do Rolê. Entrevista concedida a Paula Reverbel. **Folha de S. Paulo**, 07 out. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/10/1820495-um-dos-fundadores-e-lideres-do-mbl-tambem-e-cantor-do-bonde-do-rolé.shtml>>. Acesso em: 22 set. 2020.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. 1ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FREITAS FILHO, Alberto Rodrigues de. **A batalha político-midiática do Movimento Brasil Livre**: mídia, gênero e sexualidade como alvos da desinformação nas redes sociais. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Tecnologia da Inteligência e Design Digital, São Paulo, 2019.

GOBBI, Daniel. **Identidade em ambiente virtual**: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22245/1/2016_DanielGobbiFragadaSilva.pdf>. Acesso em: 20 set 2020.

GREGOLIN, Maria. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 4, n. 11, p. 11-25, 2007. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

HOLIDAY, Fernando. Qual autocrítica o MBL faz da sua trajetória? Entrevista concedida a Luiz Felipe Pondé. **YouTube**, 26 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wud5iyP3K98&t=1190s>>. Acesso em: 20 set. 2020.

JINKINGS, Ivana, DORIA, Kim e CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.

JORGE, Luiz Eduardo. Cinema documental e realidade social. In: **Mesa redonda**: Encontro Anual da ANPOCS, 34., 2010, São Paulo. Anais. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Disponível em:

<<https://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/mr-4/mr04-1/1295-cinema-documental-e-realidade-social/file>>. Acesso em: 30 set. 2020.

KATAGUIRI, Kim; SANTOS, Renan. **Como um grupo de desajustados derrubou a presidente**. MBL: a origem. 1ª ed. Rio de Janeiro - RJ: Record, 2019.

KRUPSKAYA, Nadezhda. **Como Lenin estudava Marx**. Traduzido por Rafael Landi Fazzio. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/krupskaia/1933/mes/estudava.htm>>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

LOUREIRO, Isabel; SINGER, André. **As contradições do lulismo**: A que ponto chegamos? 1ª ed. São Paulo - SP: Boitempo, 2016.

MACHADO, Rosana Pinheiro. A nova direita conservadora não despreza o conhecimento. **Instituto Humanitas Unisinos**, 11 out. 2017. Disponível em:

<<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572565-a-nova-direita-conservadora-nao-despreza-o-conhecimento>>. Acesso em: 23 jun. de 2020.

MANUAL DE FILIAIS DO MBL. Disponível em:

<<https://www.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>>. Acesso em: 23 set. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther (org). **O Ódio como Política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-26.

_____. Da Doutrinação Marxista à Ideologia de Gênero. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 3, p. 590-621, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163/18213>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MODONESI, Massimo. Activistas y/o militantes. **Desinformémonos**, 8 ago. 2016.

Disponível em: <<https://desinformemonos.org/activistas-yo-militantes/>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista**. 2019 Disponível em:

<https://www.academia.edu/37518793/ANTICOMUNISMO_E_ANTIPETISMO_NA_ATUAL_ONDA_DIREITISTA>. Acesso em: 24 jun. de 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em:

<<https://repositorio.usp.br/item/001104535>>. Acesso em: 24 jun. de 2020.

ORLANDI, Eni. A leitura e os leitores possíveis. In: ORLANDI, Eni (org.). **A Leitura e os Leitores**. Campinas: Pontes, 1998, p. 07-24.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa de uma "escola sem partido". In: SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 109-114.

RAMALHO, Raul; MAIA, Kênia. Estudos metodológicos: a aplicação da Análise de Discurso para interpretar a produção de sentido de coletivos midiativistas. **Verso e Reverso - Revista de Comunicação**, v. 32, n. 81, p. 187-200, 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinus.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2018.32.81.02>. Acesso em: 23 dez. 2020.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. **Análise de Discurso (para a) Crítica: O Texto como Material de Pesquisa**. Campinas: Pontes, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/216743944_Analise_de_discurso_para_a_critica_o_texto_como_material_de_pesquisa. Acesso em: 23 dez. 2020.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS Gustavo (orgs.). **Direita, volver!** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 261-278.

ROCHA, João Cezar de Castro. Guerra cultural 'é mais grave e ameaçadora do que a ditadura', diz João Cezar de Castro Rocha. Entrevista concedida a Jan Niklas. **O Globo**, 28 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/guerra-cultural-mais-grave-ameacadora-do-que-ditadura-diz-joao-cezar-de-castro-rocha-1-24503404>. Acesso em: 30 ago. 2020.

_____. O verbo dominante nos vídeos dos intelectuais bolsonaristas é eliminar. E o substantivo é limpeza. Entrevista concedida a Augusto Diniz. **Jornal Opção**, 8 mar. 2020. Disponível em: https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-verbo-dominante-nos-vidEOS-dos-intelectuais-bolsonaristas-e-eliminar-e-o-substantivo-e-limpeza-239580/?fbclid=IwAR3YRjScVdonCtOy_rmXS8dRY77ZRifaoMyHiZXDTD1u-yhB0WcLEjE79M. Acesso em: 20 jun. de 2020.

SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves dos. **Vai pra Cuba!!!!** A rede antipetista na eleição de 2014. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Niterói, 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792014000200012>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SINGER, André. **A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista**. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org.). As contradições do lulismo – a que ponto chegamos? São Paulo, Boitempo, 2016, p. 21-54.

_____. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1ª ed. São Paulo - SP: Companhia das Letras, 2012.

SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita. **Friedrich Erbert Shiftung Brasil**, n. 42, p. 3-28, 2018. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

SOUZA, Cláudio André de; MESSIAS, Gabriela de Matos; ESPÍNEIRA, Maria Victória. Representando as ruas: uma análise (preliminar) do MBL nas eleições de 2016. **Cadernos Adenauer**, v. 8, n. 2, p. 209-230, 2017. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=b136b2db-6ed4-a0f4-11a7-302e1ec57f27&groupId=265553>. Acesso em: 20 ago. 2020.

TELLES, Helcimara; Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: O Boom da Direita na Política Nacional? **Interesse Nacional**, n.30, p. 28-46, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant; GOMES, Marcus Brauer; GOMES, Ana Paula Cortat Zambrotti. Universidades corporativas: educação ou doutrinação? **Revista de Administração Mackenzie**, v. 6, p. 167-191, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1954/195416195008.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

WOLF, Eduardo. O que é guerra cultural? **Youtube**, 25 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hIrTIPtRzaE>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

_____. O que é ‘guerra cultural’. E por que a expressão está em alta. **Nexo Jornal**, 10 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/03/10/O-que-%C3%A9-%E2%80%98guerra-cultural%E2%80%99.-E-por-que-a-express%C3%A3o-est%C3%A1-em-alta>>. Acesso em: 30 ago. 2020.